

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PRODUTO INTERNO BRUTO E AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS  
DE SANTA CATARINA: 1939 a 2003**

**Éder Bonecher**

**Florianópolis, agosto de 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PRODUTO INTERNO BRUTO E AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE  
SANTA CATARINA: 1939 a 2003**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por Éder Bonecher

Orientador: Prof. Dr. João Rogério Sanson

Área de pesquisa: Finanças Públicas

Palavras-chaves:     1 – Produto Interno Bruto, Série Histórica.  
                          2 – Despesa Corrente.  
                          3 – Santa Catarina.

Florianópolis, agosto de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota \_\_\_\_\_ ao aluno *Éder Bonecher* na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof.: João Rogério Sanson  
Presidente

---

Prof.: Hoyêdo Nunes Lins  
Membro

---

Prof.: Michele Cristina Silva Melo  
Membro

*Dedico este trabalho aos  
meus pais, irmã e meu filho com  
muito amor.*

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para o sucesso deste trabalho, são eles, meu filho Bernardo A. Bonecher que por muito se fez sempre presente, meus pais Lidovino e Elza Bonecher, meus grandes e eternos amigos como Francini, Patrícia, Tatiana, Jean, Rodrigo, Wellington, Juliana e Daniela, nos quais foram construídos dentro dos meios acadêmicos por intermédio deste e por outros mais que ao longo destes valorosos anos prezarei sempre e claro ao prof. Rogério Sanson, grande mestre.

Ao senhor Cláudio Mendonça do Setor de Desenvolvimento Econômico da Secretária de Planejamento Orçamento e Gestão do Estado – SPG, que dispôs de atenção e pessoal para as consultas em sua biblioteca setorial no dia 08/04/05.

E a Deus como fé maior.

*O rio atinge seus objetivos porque  
aprendeu a contornar os obstáculos (André  
Luis – Nosso Lar)*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>ix</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 – Problemática .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 – Objetivos .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3 – Metodologia .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>13</b>
<b>CONCEITOS TEÓRICOS APLICÁVEIS.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 – O Crescimento das despesas públicas .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 – Estudo Clássico de Peacock e Wiseman.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>18</b>
<b>CONCEITOS DE CONTABILIDADE NACIONAL .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 – Contas Nacionais .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1.1 – Produto Interno Bruto.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 – Orçamento, Receitas e Despesas Orçamentárias .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2.1 – Receita Orçamentárias, Receitas públicas .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2.2 – Despesas Orçamentárias, Despesas públicas. ....</b>	<b>24</b>
<b>3.3. – Gastos Públicos .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>27</b>
<b>PRINCIPAIS FATOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA.....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 – A Economia Brasileira .....</b>	<b>27</b>
<b>4.2 – Santa Catarina.....</b>	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>46</b>
<b>APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE PIB E DESPESA .....</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>57</b>
<b>6.1 – CONCLUSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>65</b>

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO A - A História da Moeda no Brasil. ....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO B - Tabela 05 - As Variações das Despesas Correntes versus PIB (%) .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO C - Tabela 06 - Conversão de Moedas .....</b>	<b>64</b>



## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal organizar a série histórica do Produto Interno Bruto de Santa Catarina até o ano de 2003. O período pesquisado é de 1939 a 2003. Foi também levantado dados das despesas correntes para os anos de 1950 a 2004, que serão comparados ao PIB. Em conjunto, realizou-se um levantamento no Setor de Desenvolvimento Econômico da Secretária de Planejamento Orçamento e Gestão do Estado – SPG, para os dados do PIB e despesas correntes catarinense, objetivando completar dados que não se encontravam publicamente acessíveis. É apresentado um resumo histórico da situação econômica, brasileira e catarinense, para os períodos que são mais explicitamente influenciados pelas variações do PIB em relação às despesas correntes, além dos principais conceitos teóricos básicos. Com as séries montadas, foi realizada a comparação do percentual de participação da despesa corrente sobre o PIB. Esses resultados foram analisados tendo em mente a Lei de Wagner, que prevê a expansão do setor público, e a hipótese de Peacock e Wiseman, que prevê um crescimento muito maior em momentos de grandes mudanças sociais. Os resultados corroboram as duas hipóteses.

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

### 1.1 – Problemática

Há uma necessidade evidente de se utilizar longas séries do PIB para trabalhos, artigos e pesquisas acadêmicas, profissionais de diversos setores e áreas. O que deparamos muitas vezes, senão sempre, é a grande dificuldade de encontrá-las e quando as encontramos dependemos de possíveis correções que nem sempre são tão simples e certas.

Tendo em vista a necessidade para esta pesquisa, de se formular uma longa série histórica, dos últimos 100 anos do Produto Interno Bruto de Santa Catarina foi frustrada, houve certa frustração devido a diversos fatores, no âmbito das Contas Nacionais, principalmente do século XX. Segue um comentário de importante relevância para este trabalho.

É evidente que as comparações intertemporais para os períodos de 1947-90 e, sobretudo, pré-1947 carecem de rigor e consistência desejáveis devidos aos problemas de mudanças na instituição responsável, frequência, qualidade dos dados, fontes estatísticas e anos bases, além das revisões metodológicas, de classificação e agregação dos setores institucionais, atividades produtivas e bens ou produtos incluídos nas estimativas. Por fim, as altas taxas de inflação da história econômica brasileira são fontes de distorções severas na Contabilidade Nacional, em particular nas contas do setor público, onde a mensuração, a interpretação analítica e as implicações de políticas dos conceitos de déficit público e dívida pública ficam sujeitos a questionamentos e controvérsias insuperáveis. (GIAMBIAGI e ALÉM, 1999).

Diante dessas barreiras, tenho como principal foco para o agrupamento dos dados, pesquisar em diversas fontes bibliográficas, que possam agregar um ou mais anos, dos quais a presente pesquisa necessita a fim de concluir a série histórica.

O que se pretende neste trabalho é completar a série histórica do PIB Catarinense que foi feito de 1939 a 2003 e compara-la as Despesas Correntes entre 1950 e 2003.

Como introdução serão apresentados os objetivos e as metodologias aplicadas.

No capítulo II, serão abordadas as hipóteses teóricas que relacionam o processo de crescimento das despesas públicas, neste caso a despesa corrente, com a dinâmica da evolução do setor público e sua expansão de gastos públicos, relacionado com o tamanho do Estado.

O capítulo III descreve algum dos principais conceitos teórico aplicados a esta pesquisa, em Finanças Públicas e Contabilidade Nacional.

No capítulo IV, serão expostos os aspectos mais relevantes da política-economia brasileira e catarinense no período de 1950 a 2003.

O capítulo V é o mais importante, pois apresenta a série histórica dos dados do PIB e das despesas correntes de Santa Catarina, com uma análise relacionando as principais variações neste período.

Por fim, o capítulo VI, trata da conclusão e recomendações.

## **1.2 – Objetivos**

O objetivo geral da monografia é agrupar dados que possam completar a série histórica do Produto Interno Bruto Catarinense, preenchendo lacunas, agregando informações de extrema importância e necessidade, dando assim continuidade a novos trabalhos e pesquisas.

O objetivo específico é o levantamento dos dados das Despesas Correntes para os anos de 1939 a 2003, que serão comparados ao PIB, verificando a participação destas Despesas Correntes no PIB, levando em consideração fatores políticos-econômicos mais relevantes e influenciáveis no Estado Catarinense e no País, baseados nas teorias de Wagner e Peacock-Wiseman sobre o crescimento e o tamanho do Estado.

## **1.3 – Metodologia**

Foi necessário fazer um levantamento de todos os dados já existentes dos anos previstos para o Estado de Santa Catarina, no Setor de Desenvolvimento Econômico da Secretária de Planejamento Orçamento e Gestão do Estado – SPG, na seqüência ocorreram pesquisas pela internet em institutos como o IPEA, IBGE e IBPT, o Banco Central do Brasil, fundações como a FGV e FEE, e em materiais bibliográficos acadêmicos, nos quais todos estão citados nesta pesquisa.

Feita a sondagem de quais locais poderão fornecer as melhores e mais completas informações, partiremos para o agrupamento de todos os dados, que serão a comparação dos níveis da despesa corrente com o principal indicador da contabilidade social, no qual analisaremos, os níveis de PIB presente no Estado de Santa Catarina. Também teremos modelos teóricos como fonte de base para as explicações lógicas e possíveis análises e discussões, aparentemente inevitáveis, pois o assunto apresentará tabelas de períodos que apresentam grande visão e impacto das políticas fiscais e monetárias do país no Estado de Santa Catarina. Inicia-se a coleta de informações teóricas que se faz necessário para este assunto, tais como livros, periódicos e artigos de autores da área cito, Rezende (2001),

Giambiagi e Além (2000), Filellini (1994), Riani (1997), Longo e Troster (1993), Pereira (1998) e outros.

Posteriormente é apresentada a série histórica de dados do PIB Catarinense de 1939 a 2003, fruto e base de toda a pesquisa, juntamente com a apresentação da série histórica de dados das despesas correntes de Santa Catarina dos anos de 1950 a 2004. Foi efetuado o cruzamento das séries levando em consideração a participação das Despesas sobre o PIB, para os anos de 1950 a 2003, tendo uma análise apresentada em 5 períodos distintos classificados de “A” a “E” que dividem estes 53 anos, facilitando assim a análise por períodos e levando em consideração as principais variações, de acordo com a situação político-econômica da época.

Iniciaremos a análise com comentários e conclusões referentes às variações ocorridas no período, tendo como justificativa teórica de Wagner e Peacock-Wiseman, nas quais partirão as argumentações para que se justifiquem as conclusões, comentários, opiniões, críticas e sugestões, no que se vier a apresentar. Todas as definições do contexto geral da análise que ocorrerão, terão como base dois principais itens, que serão as informações nos dados históricos coletados, referentes à despesa corrente, e o PIB do Estado de Santa Catarina, sendo essa a teoria que servirá de fundamentação para toda a apresentação. E logo após todos os comentários derivados da análise, será apresentada a conclusão final e as possíveis recomendações, a fim de saber o que vem acontecendo com a economia catarinense ao longo destes anos, devido a estas variações, tendo como comparativo o nível de despesa corrente catarinense, apresentado pelos diversos governos, sabendo seus motivos e necessidade na condição de sua variação.

Poderíamos assim avaliar, com base nas teorias de gastos públicos, tal necessidade de crescimento, e esta relação de aumento de despesa com variações da renda total do Estado de Santa Catarina até hoje.

## CAPÍTULO II

### CONCEITOS TEÓRICOS APLICÁVEIS

Utilizando o conceito teórico, há razões para o crescimento dos gastos governamentais do Estado de Santa Catarina. Seria possível que, ao longo dos anos analisados, encontrássemos alguma relação direta com estas teorias, pois realmente podemos evidenciar sem nenhuma pesquisa que, de 1939 até hoje, o Estado como um todo, se desenvolveu assim como a economia e outros fatores mais. Teríamos condições de analisarmos isto de um ponto de vista teórico, utilizando as ferramentas disponíveis, nas atuais teorias, sobre desenvolvimento e crescimento do Estado, assim como o seu tamanho. Lembro que o foco é o levante histórico da série do PIB catarinense, logo não definirei nada a respeito das conclusões que estas teorias podem vir a questionar. Apenas serão comentadas.

#### 2.1 – O Crescimento das despesas públicas<sup>1</sup>

Para Pereira (1999, p.86) a contribuição de Adolph Wagner e tempos após de Alen T. Peacock e Jack Wiseman, em estudos sobre o processo de crescimento das despesas públicas, vem estabelecendo hipóteses teóricas existentes na dinâmica da evolução do setor público<sup>2</sup>. Onde enfatiza, baseado em dados empíricos da época disponíveis, o problema da identificação dos fatores que determinam a expansão de gastos públicos.

Por vez, Adolph Wagner denominou a “Lei de Wagner” como o comportamento e a evolução das despesas públicas, que podemos resumir em Pereira (1999, p.86) “à medida que cresce o nível de renda em países industrializados, o setor público cresce sempre a taxas mais elevadas, de tal forma que a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio ritmo de crescimento econômico do país”.

De acordo com Pereira (1999, p.87) que cita em sua obra Bird (1970), sendo que este resume Wagner, demonstra ainda que Bird apresentou as três razões para a formulação da “Lei de Wagner”:

Primeira: A razão está relacionada ao crescimento das funções administrativas e de segurança que decorrem do processo de industrialização, inclusive o próprio crescimento do número de bens públicos em virtude de maior complexidade da vida urbana. Segunda: A razão está ligada ao crescimento das necessidades relacionadas à promoção de bem-estar social (educação e saúde), cuja demanda deveria crescer com o crescimento econômico do país. Terceira: A razão é em decorrência do

---

<sup>1</sup> Foram utilizados neste item comentários de Filellini (1994), Pereira (1999), Riani (2000) e Rezende (2001), todos citando Adolf Wagner.

<sup>2</sup> Peacock e Wiseman (1970).

desenvolvimento de condições para a criação dos monopólios, motivada por modificações tecnológicas e da crescente necessidade de elevados investimentos para alguns setores industriais, cujos efeitos teriam que ser reduzidos pela maior intervenção direta ou indireta do governo no processo produtivo.

Para Giambiagi e Além (2000, p.44-45):

Dimensão do governo, na esfera federal, estadual e municipal. As contas nacionais indicam que o governo é responsável por 10% dos empregos e 20% do PIB, referentes a gastos com pessoal, compra de bens e serviços em geral e investimentos. O governo é uma entidade que coleta recursos através dos impostos cobrados de uma parte da população, para transferir esses recursos para outra parte da população. O governo gasta estes recursos em suas funções 'típicas de governo' pois ninguém mais ira assumir, destacamos então a saúde, educação, defesa nacional, policiamento, regulação, justiça e assistencialismo.

E possível agregar as informações de Filellini (1994, p.83) no que comenta sobre o crescimento dos gastos governamentais:

Wagner provou empiricamente que os gastos governamentais vinham crescendo em relação ao total da renda, tendo assim promovido à condição da lei econômica conhecida como Lei de Wagner, definindo que o setor público tem uma tendência inerente ao aumento de dimensão e importância, em termos absolutos e relativos ao volume da economia.

### **Modelos de gastos públicos.**

Tendo grande complexidade o estudo dos gastos públicos, além de envolverem decisões dispendiosas de uma infinidade de atividades, tendesse utilizar também a racionalidade econômica e social, mas sobre tudo política. Há então dois tipos básicos de modelos para este tipo de análise, o macroeconômico e o microeconômico, sendo apresentado somente o primeiro modelo (RIANI, 1997, p.75) “O modelo macroeconômico utiliza as variáveis agregadas tal como o PIB relacionando-as com tempo, para tentar explicar tal gasto público, sendo que este detém tais fundamentos que utilizarei como base teórica para este trabalho”.

Serão utilizados dois modelos macroeconômicos que analisam o comportamento dos gastos públicos em relação ao tempo. A Lei de Wagner sobre a expansão das atividades do estado e o estudo clássico de Peacock e Wiseman sobre o crescimento dos gastos públicos, este comentado logo na seqüência.

### **Lei de Wagner sobre a expansão das atividades do Estado.**

Adolph Wagner<sup>3</sup> foi o primeiro a tentar explicar o crescimento dos gastos públicos. Utilizou-se de estudos empíricos com grandes nações da Europa, Ásia e América, para

---

<sup>3</sup> Wagner (1958).

entender e estabelecer certas generalizações sobre o comportamento dos gastos públicos.

Assim afirmou Riani (1997, p.75):

Wagner estabeleceu como lei da expansão das atividades do Estado uma situação em que os gastos cresceriam inevitavelmente mais rapidamente do que a renda nacional em qualquer Estado progressista. A lei da expansão das atividades do Estado representava também a lei dos aumentos e aperfeiçoamentos do aparato fiscal do Estado. Isto aconteceria com maior frequência quanto mais descentralizada fosse a administração do governo.

Wagner constatou que o crescimento das atividades do governo era uma consequência do progresso social sendo inevitável o crescimento dos gastos públicos. Não havia preocupação com o processo da mudança dos gastos, mas sim com o seu comportamento que não poderia ser fixado *a priori*. Sua análise refere-se à taxa de expansão do crescimento dos gastos públicos. Com base nas demonstrações empíricas, nos mostra que quando a produção *per capita* aumenta, as atividades do Estado e seus gastos aumentavam em proporções ainda maiores do que o produto. Sendo assim há três argumentos principais que Wagner utilizou para explicar a existência da lei da expansão das atividades do Estado, expõe Riani (1997, p.76-77):

**O primeiro** é a necessidade de expansão do Estado relacionada com a administração e segurança devido à substituição das atividades privadas pelas públicas.

Ele argumenta também que o crescimento e a complexidade das relações legais, a inevitável divisão do trabalho oriundo do processo de industrialização, o crescimento da população e a urbanização eram fatores que exigiriam do Estado participação cada vez mais intensa nas funções de proteção e legislação.

Esses fatores aumentariam os gastos públicos em atividades de leis e ordem, além das legislações sobre as matérias econômicas, de tal modo que a economia se desenvolveria eficientemente.

**O outro argumento** usado por Wagner referia-se ao fato de que o crescimento dos gastos públicos sofreria também impactos com a expansão cultural e com o bem estar, principalmente com referência à educação e distribuição de renda. O crescimento dos gastos públicos em educação, recreação, cultura, saúde e serviços de bem-estar foi explicado por Wagner em termos de suas elasticidades de renda da demanda. Para Wagner esses serviços representavam bens superiores ou elásticos em relação à renda. Assim, com o aumento da renda real da economia, os gastos públicos nos serviços mencionados anteriormente cresceriam mais que proporcionalmente à renda, fazendo com que aumentasse a relação entre gastos públicos e PIB.

**A terceira hipótese** levantada por Wagner relacionava-se com as mudanças tecnológicas e a escala crescente dos investimentos. Esses fatores contribuíram para que surgisse grande número de monopólios privados que poderiam ser evitados ou controlados pelo Estado no interesse da eficiência econômica. Nesses casos, a participação do Estado aumentaria com uma fonte de estabilidade, influenciando as atividades das grandes empresas, cujo domínio na economia pudesse causar alguma instabilidade.

Fica assim dito, e em resumo destes três argumentos, que afirma e conclui Riani (1997, p.77):

Pelo que foi exposto fica evidente que o estudo desenvolvido por Wagner não chega ao ponto de se determinar uma lei sobre o comportamento dos gastos públicos. Na realidade, suas hipóteses são baseadas em observações empíricas e num modelo que contém muitas interpretações da evolução dos gastos públicos.

## 2.2 – Estudo Clássico de Peacock e Wiseman sobre o Crescimento dos Gastos Públicos<sup>4</sup>

Os estudos de Peacock e Wiseman baseiam-se em dados do Reino Unido<sup>5</sup> de 1890 a 1955, analisados em relação à evolução dos gastos públicos neste período. Sendo o foco deste trabalho três objetivos principais, cita Riani (1997, p.77):

**Primeiro** era preencher um espaço nas informações estatísticas disponíveis sobre os gastos do governo a partir de 1890. O **segundo** era tentar relacionar essas estatísticas com a história econômica do período. Acreditavam que o método de análise por eles utilizado poderia contribuir para o entendimento do desenvolvimento econômico britânico na primeira metade do século. **Por fim era** tentar analisar o comportamento dos gastos do governo dentro do contexto histórico e estabelecer algumas hipóteses que ajudassem a explicar o comportamento dos gastos do governo também em outros países.

Baseado nestes objetivos tem-se duas proposições básicas estabelecidas por Peacock e Wiseman (1970), uma inicialmente relacionava os valores *per capita* dos gastos totais com os do PIB, e enquanto a outra procurava relacionar o crescimento dos gastos do governo com período de distúrbios sociais. Assim, notaram que o total dos gastos do governo havia crescido relativamente mais rápido que o PIB e que o nível dos gastos do governo foi claramente afetado pelas duas grandes guerras mundiais, denominando estas variações como “efeito deslocamento”. Basicamente apresenta um aumento significativo dos gastos governamentais nestes períodos de guerras, mantendo um efeito normal de crescimento após o mesmo, mas, porém há um nível superior ao anterior.

O efeito deslocamento poderia acontecer também em outros países, através de efeitos marcantes em sua situação econômica, atingindo os níveis de gastos públicos, como a depressão. Vemos em Peacock e Wiseman (1967) que conforme comenta Riani (1997, p.78):

Tais gastos eram efeitos principalmente pelos governos centrais, que aumentavam suas finanças, e autoridades, devido basicamente aos gastos com defesa. Notando que havia substituição de gastos civis pelos gastos com defesa durante os períodos de guerra, mas após este período estabelecia-se novamente o padrão normal dos gastos civis.

---

<sup>4</sup> Foram utilizados neste item comentários de Pereira (1999), Riani (2000) e Rezende (2001), todos citando Peacock e Wiseman (1967).

<sup>5</sup> Peacock e Wiseman (1967).



Riani (1997, p.78) apresenta ainda as três correntes de pensamentos que discutem exatamente este período irrigado por guerras.

Foram apresentados as hipóteses teóricas de Wagner (1958) e Peacock e Wiseman (1967), sendo que Musgrave e Bird (1971) não serão comentados neste trabalho, mas lembramos que é de grande valia para compreensão ampla do assunto conhece-la.

Sendo assim Riani (1997, p.78)

“Os gastos públicos retornam ao caminho e ao padrão normal existente antes da guerra para Wagner (1958). Mostra que após o período de guerra os gastos públicos seguiriam o novo padrão de crescimento, acompanhando o acréscimo ocorrido no período de guerra, este para Peacock e Wiseman (1967). E observa-se um temporário aumento nos gastos civis após a guerra, sendo que depois de determinado tempo o nível de crescimento dos gastos públicos alcançou novamente o caminho que vinha sendo seguido antes da guerra, este para Musgrave e Bird (1971)”.

## **CAPÍTULO III**

### **CONCEITOS DE CONTABILIDADE NACIONAL**

#### **3.1 – Contas Nacionais**

A contabilidade nacional se desenvolveu a partir de conceitos básicos, sobretudo falaremos aqui de alguns deles, esclarecendo seus conceitos relevantes para a pesquisa, são eles, o produto, a renda, a despesa, o investimento e consumo. Segundo Feijó (2001, p.36-37) na contabilidade nacional:

Os esforços produtivos de um país num determinado período é avaliado através dos agregados macroeconômicos que medem o valor adicionado num período. Esses agregados são o Produto, Renda e Despesas e são construídos por três óticas: do produto, da renda e da despesa. Podem ser definidos nos conceitos de Interno e Nacional, Bruto e Líquido e Nacional Disponível. E a identidade entre Renda, Produto e Despesas só se verificam se os agregados estiverem valorados da mesma forma, pois são identificados três níveis de valoração: a preço básico, de consumidor e a custo de fator.

Comenta ainda Feijó (2001, p.04) “a Contabilidade Nacional pode ser entendida com um sistema contábil que permite a avaliação da atividade econômica em um determinado período, em seus múltiplos aspectos.”

Já Rossetti (1992, p.18) apresenta várias definições usuais para a Contabilidade Social, “é uma técnica, similar às dos sistemas convencionais [...] .” Firma ainda como sendo o objeto “a mensuração das diversas categorias de transações econômicas que se verifica entre os diferentes setores e agentes que compõem o quadro das economias nacionais.” (ROSSETTI, 1992, p. 47).

Lembrando novamente que, o principal foco desta pesquisa é o PIB regional catarinense em sua série mais longa. (KOHAMA, 1998). Veremos então o que de fato é o Produto Interno Bruto de um País, Estado, Distrito Federal e Município.

Há de se acrescentar ainda que, “a contabilidade nacional trata da mensuração de agregados econômicos. A Teoria Macroeconômica fornece instrumentos de análise que permitem interpretar o comportamento dos agentes econômicos e as relações de causa e efeito em economia.” (FEIJÓ, 2001, p.36).

##### **3.1.1 – Produto Interno Bruto**

É o principal indicador da atividade econômica, que exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período,

independentemente da nacionalidade das unidades produtoras. Segundo Feijó (2001, p.14) PIB é “a medida de um país ou região representando a produção de todas as unidades produtoras da economia (empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo), num dado período, avaliadas a preço de mercado.”

Completa Rossetti (1992, p.171) que “o agregado de mais alto valor absoluto. Ele corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos; decorre, assim, do valor bruto da produção da economia, deduzido do valor das transações intermediárias e dos subsídios.”

Sintetiza o resultado final da atividade produtiva, expressando monetariamente a produção, sem duplicações, de todos os produtores residentes nos limites da nação avaliada. A soma dos valores é feita com base nos preços finais de mercado. (SILVA, 1996).

No âmbito do setor público, este indicador é usado, regularmente, como referencial na formulação e acompanhamento dos planos e programas governamentais e/ou previsão de efeitos de políticas econômicas globais e setoriais. O PIB é também amplamente utilizado por entidades privadas, estudiosos da realidade econômica e/ou elaboradores de projetos, análises e cenários prospectivos.

A variação anual do Produto Interno Bruto é adotada, indistintamente, como o principal indicador para medir o desempenho econômico de um País, Região ou Unidade Federativa. Sua taxa de crescimento é obtida pela comparação entre tudo o que se produziu em um ano com o total do ano anterior. As taxas positivas indicam que a economia está em crescimento, as nulas estagnação e as negativas recessão. As metodologias de avaliação do PIB procuram formas de correlações físicas (quantificações), mas sempre são expressas em valores monetários para facilitar análises e comparações. Para o cálculo do PIB, adota-se como marco referencial às recomendações contidas no Sistema de Contas Nacionais – SCN/IBGE, proposto pelas Nações Unidas. Desde a sua primeira edição, em 1953, o SCN já foi submetido a quatro revisões, sendo a última em 1993. (ROSSETTI, 1992, p.31,p.179; PAULANI, 2000, p.26,p.98,p.106; FEIJÓ, 2001, p.13)

Objetivo é corrigir os vários problemas de distorção de dados ocorridos ao longo dos anos devido às diversas metodologias regionais aplicadas. (GIAMBIAGI e ALÉM, 1999; FEIJÓ, 2001, p.55, p.95).

De acordo com Rossetti (1992, p.171) o PIB “pode ser alternativamente calculado por três diferentes caminhos, correspondentes às ópticas da produção, da renda e do dispêndio [despesa].”

Dentre estas daremos ênfase a da Produção, conforme afirma Feijó (2001, p.16) “em contas nacionais o acompanhamento dos fluxos de produção, geração de renda e de despesas num período permite que se calcule o valor adicionado ou produto bruto de uma economia, por três óticas: do produto [PIB], da renda [RIB} e da despesa [DIB].”

A fórmula para se chegar ao valor do Produto Interno Bruto é:  $PIB = C + I + G + NX$ , onde C = Consumo; I = Investimento; G = Despesa do Governo; e NX = Exportações Líquidas. (ROSSETTI, 1992, p.209; PAULANI, 2000, p.58; FEIJÓ, 2001, p.253). “Numa Economia aberta com governo, o investimento público e privado devem ser financiados pela poupança privada, pela poupança pública e pela poupança externa.” (FEIJÓ, 2001, p.37).

O "Consumo" refere-se a todos os bens e serviços comprados pela população. Divide-se em três subcategorias: bens não-duráveis, bens duráveis e serviços.

O "Investimento" consiste nos bens adquiridos para uso futuro. Essa categoria divide-se em duas subcategorias: investimento fixo das empresas (formação bruta de capital fixo) e variação de estoques.

A "Despesa do Governo" inclui os bens ou serviços adquiridos pelos governos Federal, Estadual ou Municipal.

E as "Exportações Líquidas" trata-se da diferença entre exportações e importações.

O PIB pode ser apresentado como nominal, onde se mede o valor dos bens e serviços à preços correntes e real, medindo a quantidade de produto, ou seja, a produção avaliada em preços constantes (do ano-base), sendo esta a medida perfeita do bem-estar econômico, pois leva em conta a produção total de bens e serviços, sem a influência da variação nos preços.

Tem-se também o deflator do PIB, que é a razão entre o PIB Nominal e o PIB Real, ou seja, é o preço de determinada mercadoria ou serviço, em um determinado ano relativamente ao preço desta no ano-base. Mede-se o preço da unidade típica de produto em comparação com seu preço no ano-base. (FEIJÓ, 2001; ANGELICO, 1998).

O cálculo do PIB segue as recomendações do Sistema de Contas Nacionais, acompanhado de algumas regras. Para calcular o valor dos bens e serviços, onde usa-se os preços finais de mercado não são computados no PIB os valores gerados pela produção da economia informal. Já a preços de mercado, serve para calcular o valor de bens e serviços diferentes, pois reflete quanto as pessoas estão dispostas a pagar por um determinado bem ou serviço. O valor dos bens intermediários não é computado no cálculo do PIB, inclui apenas o valor dos produtos finais. A razão é que o valor dos bens intermediários já é contado como parte dos bens finais. O valor adicionado é a soma em cada etapa de produção, com o objetivo

de computar o valor dos bens e serviços finais, ou seja é a diferença entre o valor bruto produzido nessa etapa e os consumos intermediários. (FEIJÓ, 2001).

O valor imputado é utilizado para os serviços habitacionais e outros, seus valores são estimados para serem incluídos no PIB. Exemplos: habitação própria e serviços públicos.

Para padronizar o cálculo do PIB, permitindo comparações e análises, os valores são expressos em unidades monetárias (Reais, Dólares, Cruzeiro, Cruzado, etc). Para análise da taxa de crescimento do PIB temos as taxas positivas que indicam economia em crescimento, sendo mais propensa a investimentos e geração de empregos. As taxas nulas indicam economia em estagnação, ou seja, não cresceu nada em relação ao ano passado e por fim, as taxas negativas indicam economia em recessão, ou seja, esta se produzindo e investindo menos. Muito utilizado, o PIB *per capita* é relação entre o crescimento do PIB e o da população do país, com o objetivo de avaliar se, em média, a população enriqueceu ou não. Diz-se em média, pois o indicador não tem como avaliar a distribuição do ganho ou perda entre a população, que, geralmente, se dá de forma bastante desigual. (FEIJÓ, 2001, p.16).

Já a diferença entre PIB (Produto Interno Bruto) e PNB (Produto Nacional Bruto) é que o primeiro computa a renda recebida pelos estrangeiros residentes no país, mas não inclui a renda recebida pelos habitantes do país que residem no exterior e o segundo, ao contrário, computa a renda total dos habitantes do país, residentes ou não, mas exclui a renda dos estrangeiros residentes no país, este último não será mais comentado nesta pesquisa. Segundo Feijó (2001, p. 20) “o PIB mede o total do valor adicionado produzido por firmas operando no país, independente da origem do seu capital.”

### **3.2 – Orçamento, Receitas e Despesas Orçamentárias <sup>6</sup>**

O orçamento público dos governos federal, estadual, distrital e municipal compreende a previsão de todas as receitas que serão arrecadas, dentro de determinado exercício financeiro e a fixação de todos os gastos (despesas) que os governos estão autorizados a executar.

A elaboração do orçamento público é obrigatória e tem periodicidade anual. Segundo a Lei nº 4.320/64, que estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo.

Conforme cartilha do Senado Federal (2004, p.04) segue:

---

<sup>6</sup> Marcuzzo, Freitas (2004).

No caso do setor governamental, esse planejamento é consubstanciado em lei e recebe o nome de orçamento público. O **orçamento público**, juridicamente, materializa-se numa lei ordinária, de validade anual, que exprime, em termos financeiros e técnicos, as decisões políticas na alocação dos recursos públicos, estabelecendo as ações e programas prioritários para atender às demandas da sociedade. Além de permitir o controle das finanças públicas, evitando que sejam realizados gastos não previstos, o orçamento público atua como instrumento da programação de trabalho do governo como um todo, e de cada um de seus órgãos em particular. O **orçamento público**, e bem dizendo, as **despesas** e as **receitas** nele contidas, afeta de várias maneiras a vida dos cidadãos.

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas e as despesas orçamentárias totais, todavia parte do foco desta pesquisa são as despesas correntes das quais fazem parte nas contas das despesas orçamentárias. Segundo Rossetti (1992, p.104):

As receitas e despesas do Governo tem haver com suas atribuições e sua ampla interferência no processo econômico. O governo recorre a diferentes formas de receitas e de empréstimos públicos, interferindo direta e indiretamente, nos fluxos de apropriação e destinação de renda, como na composição dos custos dos bens e serviços produzidos pela economia. As despesas estão estreitamente associadas às atividades e funções que a sociedade lhe atribui [...] o Governo é responsável por importantes fluxos de despesas correntes.

Os gastos públicos são incorporados pelos gastos governamentais e despesas do governos. Mas é nos gastos governamentais que temos as despesas correntes e as despesas de capital. (RIANI, 1997). Logo veremos os referidos conceitos de orçamento, onde Silva (1996, p.37) define que “o orçamento é um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do Governo e em cuja elaboração foram observados os princípios da unidade, universalidade, anualidade, especificação e outros”. Tendo o papel de controlador das finanças é importante que o orçamento expresse a realidade, de forma precisa, quanto à previsão das receitas e à fixação das despesas.

Deve haver o constante acompanhamento da execução orçamentária, pois o resultado orçamentário representa o principal indicador da situação financeira em curto prazo. À Lei 4.320/64, diz que o orçamento desempenha sua função no momento em que se alia ao planejamento, com isso torna-se possível a operacionalização dos planos, porque os monetariza, coloca-os em função dos recursos financeiros disponíveis, permitindo que o planejador tenha os pés no chão, em face das disponibilidades dos recursos financeiros. (MACHADO JR. e REIS, 2000/2001, p.12).

O resultado financeiro tem três situações distintas no orçamento, segundo a Lei 4.320/64, que em seu artigo 35, adota o regime de caixa para as receitas e o de competência para as despesas, sendo de, superávit quando as receitas arrecadadas excedem as despesas

empenhadas<sup>7</sup>, e de déficit quando as receitas arrecadadas são menores que as despesas empenhadas e de equilíbrio quando o montante das receitas arrecadadas é igual ao montante das despesas empenhadas. De acordo com cartilha do Senado Federal (2004):

A Forma de classificação, tanto da receita como da despesa, prevista inicialmente nas Lei nº 4.320/64, e que compreende duas espécies: as receitas e as despesas correntes e as receitas e as despesas de capital.

A classificação das **receitas** e das **despesas em corrente** e de **capital** confere a transparência dos ingressos e dos dispêndios por categoria econômica, indicando se o ente público está se capitalizando – utilizando receitas correntes para custear despesas de capital – ou se descapitalizando – utilizando receitas de capital para custear despesas correntes.

Essas classificações são importantes, pois, quando da adoção do critério econômico de classificação da despesa, viu-se que as contas despesas correntes e despesas de capital correspondem, no âmbito do setor governamental, às variáveis macroeconômicas consumo e investimento. Juntar receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital possibilita mostrar a origem de recursos destinados ao financiamento do consumo e os investimentos públicos.

### 3.2.1 – Receita Orçamentárias, Receitas públicas<sup>8</sup>.

De acordo com a Lei 4.320/64 em seu artigo 9º a receita se classifica em sentido *lato* ou restrito. SILVA (1996, p.86) que assim diz:

Ingressos ou receitas correspondem a todas as quantias recebidas pelos cofres públicos, ao passo que receitas públicas correspondem aos ingressos que, integrando-se ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondências no passivo, vem acrescentar o seu vulto como um elemento novo e positivo.

Comenta Kohama (1998) que a receita pública pode ser dividida em dois grupos, Receitas Orçamentárias, que estão consubstanciadas no orçamento público e consignadas na Lei Orçamentária, cuja especificação deverá obedecer a discriminação constante do Anexo nº. 3, da Lei Federal n. 4.320/64; e as Receitas Extra-orçamentárias, que compreendem os recolhimentos feitos que constituirão compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa.

Senado Federal (2004, p.21) em sua cartilha descreve:

A **receita pública** é o conjunto de recursos que o governo espera arrecadar para custear as despesas que pretende realizar. Se excluídas a emissão de títulos para o refinanciamento da dívida pública e as operações de crédito para cobrir eventuais déficits orçamentários, a receita é arrecadada em sua maioria de forma compulsória, principalmente por meio de impostos e contribuições sociais.

Para efeito orçamentário, as receitas do orçamento fiscal e da seguridade são classificadas segundo a categoria econômica, subdividindo-se em **receitas correntes** (tributos, contribuições, receitas de serviços, incluindo os juros recebidos, receitas patrimoniais etc.) e de **capital** (empréstimos obtidos junto ao setor privado, retorno de operações de crédito concedidas ao setor privado, alienação de ativos etc.)

<sup>7</sup> Empenho, de acordo com o artigo 58 da Lei 4.320/64 “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de condição”. Representa o momento em que faz-se a reserva da dotação orçamentária.

<sup>8</sup> Marcuzzo, Freitas (2004).

Cita um exemplo e define como:

Como exemplos de **receitas públicas**, temos aquelas originadas dos tributos cobrados das pessoas e das empresas, da exploração do patrimônio, da prestação de serviços etc. e aquelas que envolvem a tomada de recursos de terceiros (empréstimos ou operações de créditos) e as derivadas da venda de ativos governamentais. Pg 4  
**Receita Pública** pode ser definida como o montante dos ingressos financeiros aos cofres públicos em decorrência da instituição e cobrança de tributos, taxas, contribuições (receita derivada) e também das decorrentes da exploração do seu patrimônio (receita originária). (SENADO FEDERAL, 2004, p.04)

Silva (1996) reforça o conceito, dizendo que as receitas extra-orçamentárias compreendem entradas em dinheiro ou créditos de terceiros, no qual o estado é devedor, como um simples depositário.

Sobre as receitas correntes e de capital (SENADO FEDERAL, 2004) define como:

**Receitas correntes** são aquelas que normalmente alteram de forma positiva o patrimônio público. Decorrem do poder de tributar de cada ente da Federação, dos serviços prestados mediante cobrança de determinada taxa, da exploração de seu patrimônio e ainda das transferências recebidas de outras esferas de governo para custear despesas correntes.

**Receitas de capital** são aquelas provenientes de fatos permutativos, ou seja, são receitas não efetivas que não afetam o resultado financeiro do ente público. São classificados nesta categoria os ingressos provenientes da alienação de bens móveis e imóveis, os empréstimos recebidos e as amortizações de empréstimos recebidos e as amortizações de empréstimos concedidos. Estes fatos são classificados como receitas, em cumprimento à Lei Orçamentária Anual. São Classificadas, também, como receitas de capital as transferências recebidas de outro ente público para aplicação em despesas de capital.

### 3.2.2 – Despesas Orçamentárias, Despesas públicas.

Conforme cartilha do Senado Federal (2004) Despesas Públicas como:

A **despesa pública** corresponde à aplicação de certa quantia, em dinheiro, ou ao reconhecimento de uma dívida por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa(orçamento) visando uma finalidade de interesse público.

O orçamento público deve evidenciar a origem dos recursos – se são provenientes da atividade normal ao ente público ou se ele está se endividando ou vendendo bens para conseguir recursos – e também a forma de aplicação desses recursos, apontando o montante aplicado na manutenção dos serviços públicos e o destinado à formação do patrimônio público. Dessa forma, as **receitas** e **despesas** são classificadas em duas categorias econômicas: **corrente** e **capital**. Como exemplos de **despesas públicas**, podemos citar os gastos com a manutenção dos órgãos (ministérios, autarquias etc.), com o sistema de saúde, com a educação, com os investimentos, com o pagamento de juros e amortização da dívida pública.

A cartilha do Senado Federal (2004, p.36) cita ainda como exemplos para Despesas Corrente e Capital:

**Despesas Correntes:** Despesas de custeio e de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de



equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades.

**Despesas de Capital:** Despesas relacionadas com aquisição de máquinas e equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis e concessão de empréstimos para investimento.

Normalmente, uma despesa de capital concorre para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão.

Segundo SILVA, (1996, p.101):

Desembolsos ou despesas correspondem a todas as quantias despendidas pela Fazenda Pública, ao passo que as despesas públicas correspondem ao desembolso que, dentro de uma autorização legislativa para a execução do trabalho do Governo, vem a diminuir o patrimônio como um elemento novo e negativo.

As despesas de acordo com Kohama (1998) são classificadas em despesas orçamentárias, sendo que sua realização depende de autorização legislativa, não podendo realizar-se sem um crédito orçamentário correspondente, em outras palavras, é a que integra o orçamento; e despesas extra-orçamentárias que são aquelas pagas à margem da lei orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa, pois se constituem em saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro, oriundas de receitas extra-orçamentárias, correspondendo à restituição ou entrega de valores recebidos, como cauções, depósitos, consignações e outros.

Dos conceitos evidenciase que, as receitas e as despesas orçamentárias são as reais responsáveis pela formação do resultado financeiro, haja visto, que as receitas e despesas extra-orçamentárias são compensatórias e, somente, quando houverem entradas extra-orçamentárias maiores do que as saídas extra-orçamentárias e vice-versa, tais valores influenciarão efetivamente no resultado. (MARCUIZZO, FREITAS 2004).

### **3.3. – Gastos Públicos**

Já comentando sua importância para o governo, Riani (1997, p.69) afirma “constituem-se na principal peça de atuação do governo que através deles estabelece uma série de prioridades no que se refere à prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos a ser realizados”. O estudo das finanças públicas explica que há uma diferenciação teórica entre gastos públicos e gastos governamentais, afirma ainda, sendo o primeiro apenas as despesas realizadas pelas unidades que compõem a administração governamental direta e indireta e o segundo a totalidade dos gastos governamentais mais as despesas do governo com suas atividades econômicas produtiva, incluindo as empresas estatais. (RIANI, 1997).

Podemos conceituar os gastos públicos como uma escolha política dos governos no que se refere aos diversos serviços que ele presta à sociedade. Representam o custo da quantidade e da qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo. É o custo de provisão dos bens e serviços executados pelo setor público que aparece nas contas orçamentárias do governo. (RIANI, 1997). Os gastos públicos são classificados e apresentados de acordo com sua finalidade, natureza e função. Mas não entraremos nestes detalhes. Por lei (lei nº 4.320/64) os gastos governamentais são divididos em duas categorias despesa corrente e despesa de capital, podendo ser chamadas de despesas públicas. Neste trabalho daremos ênfase somente a despesa corrente como fonte de pesquisa.

A despesa corrente representa os gastos fixos do governo, sendo que sem estas a máquina administrativa e de serviços do Estado não funcionaria em suas diversas esferas Federal, Estadual, Distrito Federal e Municipal. Incluem basicamente nas despesas do governo o pagamento de pessoal, o consumo e a manutenção, são incluídas neste item, as despesas do governo relacionadas com o pagamento de encargos da dívida pública. E as despesas de capital que representam os gastos com investimentos realizados pelo governo, constituindo tanto obras e instalações, quanto em integralização de capital de empresas públicas. (RIANI, 1997).

Podemos exemplificar com este modelo para as conta das Despesas Orçamentárias:

**Gastos Públicos = Gastos Governamentais + Despesas do Governo.**

**Sendo os Gastos Governamentais = (Despesa Corrente + Despesas de Capital).**

**E sendo Despesas do Governo ou Governamentais = Despesas Agregadas.**

## CAPÍTULO IV

### PRINCIPAIS FATOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA E CATARINENSE ENTRE 1950 E 2003

#### 4.1 – A Economia Brasileira <sup>9</sup>

Ao falarmos dos anos 50 temos, é claro, temos fortes reflexos das décadas anteriores, citando rapidamente alguns podemos lembrar da Reforma Tributária de 1946, que reforçou o sistema tributário baseado no crescimento sustentado do PIB *per capita*, na participação da indústria no PIB e inclusão da força de trabalho urbana na previdência social. (ABREU, 2002). Logo após, a criação do FMI e BIRD em 1947, e do primeiro empréstimo junto ao FMI em 1949 de 15 milhões de dólares, é implantado um programa econômico e social denominado SALTE, priorizando quatro grandes áreas: saúde, alimentação, transporte e energia, considerado a primeira tentativa de planejamento econômico no Brasil, criando condições para futuras expansões de vários setores industriais. Ocorre o intercâmbio Brasil-Estados Unidos com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico – CMBEU e a criação do BNDE. (MOTA, 2002).

A organização do BNDE visou à concessão de empréstimos, de longo prazo e com baixas taxas de juros, a setores de interesse econômico, e de aval as operações financeiras externas. Constitui-se no principal agente de execução de políticas de investimentos do Governo Federal. (FURTADO, C., 1985, p.159 *apud* Mota, 2002, p.17).

A década de 50 é marcada pelo PIB variando de 4% e 7% nos cinco primeiros anos. Ainda em 1950, é colocado em prática o Plano Láfer por Vargas (1951-54) que focava investimentos nos setores de energia e transporte, além de outros objetivos. O BNDE seria encarregado dos recursos para financiamento. A CMBEU foi extinta em 1953 e em 1954-55 (Café Filho) praticou-se uma política econômica mais tradicional, sem a realização de projetos de desenvolvimento, destacando a implantação da indústria automobilística.

Em 1956 inicia-se as reformas institucionais, gerando uma grande transformação qualitativa no Estado, onde o Governo JK de 1956 a 61 colocou o aparelho governamental com o foco no desenvolvimento industrial, inicia-se o Plano de Metas, em 1956, os recursos

---

<sup>9</sup> Neste item foram compilados e citados os seguintes autores: Bresser (1983), Furtado (1994), Marinho (1996), Riani (1997), Fortuna (1999), Toneto (1999), Giambiagi (2000), Rezende (2001), Assaf (2001), Saraiva (2002), Gagliardi (2002), Castanhar (2003) e Tuon (2003).

seriam captados através de uma legislação que favorecia a entrada de recursos externos<sup>10</sup>, e de financiamentos e empréstimos oferecidos pelo governo e entidades internacionais.

No final dos anos 50, os efeitos da aceleração inflacionária, devido a falta de mecanismos de indexação, reduzem a carga tributária ferozmente, gerando uma crise fiscal já no início dos anos 60. (ABREU, 2002).

Na década de 60, o crescimento econômico elevado não se sustentou nos anos de 1961-64, que foi caracterizado pela instabilidade econômica e política. No mesmo ano renuncia a presidência Jânio Quadros (1961) e assume João Goulart (1961-64), esse tentou implantar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, mas durou pouco para apresentar resultados. Nesses anos a inflação aumentou em ritmo acelerado.

A partir de 1964 os militares assumem o Governo brasileiro e colocam na presidência Castello Branco (1964-67). Intensificam a implantação de planos econômicos governamentais, como a Constituição de 1964 em que todos os Governadores eram nomeados pelo Presidente da República. O primeiro governo militar realiza uma restauração fiscal elevando a carga tributária para 22% do PIB, em 1966 antes mesmo da Reforma Tributária de 1967. (ABREU, 2002; GIAMBIAGI, 2000). Contudo, Castello Branco inicia o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, onde o objetivo do programa seria conhecer e eliminar os entraves internos que bloquearam o crescimento econômico nos anos anteriores. Segundo Furtado, M (1994, p.173) “a inflação era a causa fundamental da instabilidade, então, foram tomadas medidas para reduzir o déficit fiscal, retraindo a demanda pelo crédito e moeda, aumentar a receita tributária e conter os reajustes salariais”.

A criação do Código Tributário, em 1966, concentra a arrecadação de tributos nas mãos da União, nos quais foram criados diversos mecanismos econômicos e órgãos públicos que facilitassem o desenvolvimento da economia nacional, podemos destacar a Criação do Código Tributário Nacional que alterou a legislação dos impostos sobre consumo e vendas, o que trouxe uma maior centralização tributária em mãos da União, e a Criação do Imposto Sobre o Valor Adicionado de caráter não cumulativo que substituíram os antigos impostos em cascata, o Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI, sendo este um imposto federal. O Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED foi estabelecido no Governo de Costa e Silva (1967-69), com uma política de crescimento acelerado e auto-sustentado por meio da substituição de produtos importados. Conforme Furtado, M., (1994, p.176) “a estratégia do plano abrangia a agricultura, indústria, energia, transporte, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento.

---

<sup>10</sup> Lei 2.145/54 e Instrução 113 da SUMOC de 1955.

Mas com o passar do tempo, o enfoque da política econômica deslocou-se de mercado interno para o externo”. As Exportações<sup>11</sup> cresceram significativamente no período entre 1968 e 1973, destacando-se a participação dos produtos industrializados, tempos estes conhecidos como “Milagre Econômico de 1967 a 1973”. “Caracterizam um período de altas taxas de crescimento do produto real e maior ênfase na expansão do mercado externo”. (FURTADO, M., 1994, p.176).

Na década de 70, é lançado o I PND, nos anos de 1971-74 e o II PND, nos anos de 1975-79. O primeiro tem por objetivo transformar o Brasil em uma nação capitalista desenvolvida. Com relação ao financiamento do milagre brasileiro, Furtado, M., (1994, p.178):

As principais fontes de recursos externos do País, até 1967, eram os organismos internacionais de cooperação – FMI, BIRD e BID – e agências governamentais – notadamente USAID e EXIMBANK. Esses órgãos e agências dispunham, todavia, de limitados recursos para atender ao aumento da procura por outros países. Além disso, o mercado financeiro internacional apresentava, principalmente a partir de 1967, abundância de recursos no mercado de eurodólares (dólares norte-americanos reciclados por bancos europeus), em decorrência das emissões norte-americanas para cobrir o déficit do seu balanço de pagamentos. Voltou-se, assim, o Governo brasileiro para o sistema bancário privado internacional, estabelecendo dois importantes instrumentos de captação.

Em 1973 o PIB nacional atingiu sua maior variação de 13,97%, e o mercado mundial acabou sendo atingido pela crise do petróleo.

Nos anos 80, a primeira metade da década, entre 1980 e 1984, foi marcada pela transição do governo do regime militar para o civil, do então Presidente Figueiredo (1979-85), que tinha como principal objetivo conter a inflação, sem impor sacrifícios à população, além de realizar gradual abertura política e econômica. Foi marcada também por José Sarney (1985-90) primeiro presidente civil que substituiu Tancredo Neves, eleito de forma indireta, faleceu antes de ser nomeado. São anos marcados por um período de desaceleração na atividade econômica, e grande instabilidade na taxa anual de crescimento. Em 1980, o Governo Federal iniciou um processo de ajustamento externo e logo em seguida, em 1982, a situação financeira ficou ainda pior, pois com a suspensão dos créditos externos ao país, em conjunto com a fuga de capitais, há uma total dependência do setor público por recursos internos e o processo de ajustamento externo passou para a tutela do Fundo Monetário Internacional - FMI. Neste período foram adotadas políticas econômicas recessivas, na qual a economia foi adaptada às propostas previstas no acordo com o FMI, crescendo assim o consenso de que as medidas de ajuste fiscal eram imprescindíveis. Após as tentativas de

---

<sup>11</sup> As exportações cresceram 13,7% em 1968, 22,8% em 1969 e 18,5% em 1970, conforme Furtado (1994, p. 177).

corrigir o desequilíbrio financeiro do setor público, como a apropriação de saldos bancários em 1990, fica claro que o ajuste fiscal não é uma medida isolada implementada num único momento. O processo de compatibilização entre receita e despesa das diversas esferas de governo assegura, a longo prazo, a solidez econômica e financeira.

Conforme Toneto Jr. *et al* (1999) e Gagliardi (2002, p.70) após dois choques do petróleo, elevação de juros e contração do comércio, “o Governo José Sarney manteve sua política econômica de captação de recursos externos para financiar seus gastos internos e de crescimento”. Após este período, ocorreram sucessivos planos econômicos, onde cada plano econômico procurou corrigir os erros praticados anteriormente, gerando um clima de constantes ondas de boatos sobre possíveis novos planos. (GAGLIARDI, 2002, p.70).

Conforme Fortuna (1999) e Gagliardi (2002, p.79) “O Plano Cruzado, do Presidente José Sarney, estreou a seqüência de pacotes que se sucederam”. Os efeitos colaterais atingiram o foco deste plano, que era o crescimento econômico e a melhoria, num curto prazo, na estrutura da renda.

A euforia pública e a venda política de uma “inflação zero” levaram à forte fiscalização de preços e impediram uma natural correção desses, gerando grandes distorções declarando assim a moratória. (GAGLIARDI, 2002, p.80).

Nas palavras de Marinho (1996) e Gagliardi (2002, p.80) “quanto mais o Governo tentava monitorar os preços, a fim de manter a [qualquer custo] o congelamento, a situação fiscal e externa piorava”.

O Plano Cruzado foi o primeiro de muitos, e teve início em 28 de fevereiro de 1986 com o congelamento dos preços e salários fixados na média dos seis meses anteriores, e em seguida, 20 de novembro de 1986 é lançado o Plano Cruzado II com o objetivo de aumentar a receita, por elevação de tarifas e impostos diretos e reduzir o déficit público. (GAGLIARDI, 2002, p.80). Em junho de 1987 é lançado o Plano Bresser decretando o congelamento de preços e salários por 90 dias, a extinção do gatilho salarial e a indexação vinculada a URP (Unidade de Referência de Preços) dos preços e salários. Em 1988 temos a criação da Constituição Federal 88, de suma importância ao cenário público e político brasileiro, por suas concessões e atribuições aos Governos Estaduais, pois cria o Estado e determina seus elementos essenciais, tais como a forma de estado, de governo, modo de aquisição e exercício de poder, estabelecimento de seus órgãos, limites de atuação, direitos fundamentais dos homens e suas garantias. (GAGLIARDI, 2002, p.83-84 *apud* JUSTEN FILHO, 1999).

Com a promulgação da nova Carta Magna da República, a Constituição Federal de 1988, o Estado passou a ter autonomia política e o governador passa a ser eleito por meio de

voto direto e popular. (GAGLIARDI, 2002, p.71). Há também a Reforma Tributária de 1988 que inclui transações de energia, comunicação e transporte no ICMS e o aumento de participação dos estados e municípios na arrecadação do IR e no IPI. (ABREU, 2002; GIAMBIAGI, 2000). Compensando as perdas foi intensificada a arrecadação do COFINS, CSLL e CPMF, por fim os governos estaduais e municipais intensificam a arrecadação de tributos com o ICMS e o IPTU. (ABREU, 2002). No início de 1989, buscou-se restabelecer as negociações com o FMI, suspendendo a moratória.

Anos 90, esta década fica a dividida em duas partes, a primeira compreende o período de 1990 a 1994, onde a inflação chegou a 697% e juntamente houve ainda mais quatro diferentes planos econômicos e a segunda parte da década de 1995 à 2001. O novo Governo assume e lança o Plano Collor no qual previa segundo Gagliardi (2002, p.80) “congelamento de preços e salários, os valores aplicados ou depositados foram bloqueados por dezoito meses, sob qualquer modalidade, em instituições financeiras”. Além é claro da nova mudança do nome da moeda de Cruzado Novo para Cruzeiro, tributação excepcional sobre ativos financeiros o Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. Conforme Gagliardi (2002, p.81) *apud* Assaf (2001):

Cada brasileiro, inclusive empresas, não deveria possuir mais que cinquenta mil cruzeiros no bolso ou em conta corrente. Naquele momento, a “máquina pública” passava por uma grande transformação, pois a estratégia do governo era enxugar as contas públicas, com enxugamento de pessoal, redução nas contratações e aquisições de obras e serviços e venda das estatais. Por trás de mediadas, optou-se pela abertura da economia, liberando as importações, privatizações e ataque aos cartéis existentes.

Em 1991 no Plano Collor II era conter a expansão inflacionária e ganhar tempo, criou-se o Fundo de Aplicações Financeiras – FAF, o Fundão, extinguiu o “overnight” e a desindexação com o fim do Bônus do Tesouro Nacional –BTN.

Em 1992, cassado pelo Congresso Nacional por corrupção, Collor renuncia, assume o vice Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-95), que obteve apoio externo para consumir acordo com 90% dos credores, rolando uma dívida de US\$ 52 bilhões com bancos privados e US\$ 6,3 bilhões de juros atrasados, e em dezembro criou o Fundo Social de Emergência, pelo qual desvinculou 20% das receitas orçamentárias. Ainda em dezembro, anunciou o cronograma do Plano Real, prevendo, para março de 1994, a introdução da Unidade Real de Valor (URV).

Em 1993 ocorre o lançamento do Plano de Estabilização, que sobre-taxava em 5% todos os impostos federais, e bloqueava em 15%, durante dois anos, o repasse de verbas para Estados e municípios, que propunham reduzir em 22 bilhões e 100 milhões de dólares as

despesas do governo. Proibia assim a emissão de títulos para contrair novas dívidas. O quadro econômico vigente era muito parecido com o padrão de elevada inflação, predominante nos anos oitenta, ao qual o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989) e os Planos Collor I e II (1990 e 1991) tentaram derrotar sem sucesso.

Em 1994, o país entrou na era da estabilidade econômica. Em março de 94 é lançado a URV – Unidade Real de Valor, atrelando a cotação da nossa moeda ao dólar americano, preparando o Cruzeiro Real para a atuação do Real que foi instituído com o Plano Real, em 01 de julho de 1994, e que está em vigor até os dias de hoje, no qual previa o aumento das alíquotas de importação e do recolhimento do compulsório bancário, a elevação da taxa de juros, a intervenção nos bancos oficiais entre outros, com isso aumentou-se o grau de abertura da economia, deu-se continuidade ao Programa de Privatizações e melhorou-se a transparência das contas públicas. Pedro Malan, presidente do Banco Central, rolou a dívida do FMI de US\$ 51 bilhões por 30 anos, com desconto de US\$ 4 bilhões, sendo assim a inflação caía mensalmente chegando em dezembro a 1%. As tarifas externas foram reduzidas de forma extrema com Ciro Gomes, que assumiu o Ministério da Fazenda em setembro, em substituição a Rubens Ricupero, cortando a metade e extinguindo alíquotas de importação de mais de 5 mil produtos. Assinou em dezembro o Protocolo de Ouro Preto, pelo qual os países do Mercosul baixaram para zero a alíquota de 9 mil produtos no comércio intra-regional. As importações levaram o governo, em outubro 1994, a adotar medidas restritivas aos consórcios e ao crédito ao consumo em geral, pois o saldo comercial externo se reduziu em 36% em outubro e registrou déficit de US\$ 262 milhões em novembro, o primeiro desde 1987, com recorde de importações (US\$ 3,97 bilhões), continuando a incentivar as importações e os gastos externos, montava-se assim grave armadilha cambial. Tivemos a influência da crise mexicana no final de 1994.

Em 1995 é eleito presidente da república Fernando Henrique Cardoso, FHC, por dois mandatos consecutivos 1995-98 e 1999-02. Mas, nos anos seguintes ao lançamento do Plano, o déficit permaneceu elevado e, na ausência de reformas estruturais, com tendências crescentes. Depois de forte recuperação da atividade econômica, nos seis primeiros meses seguintes ao Plano Real, a economia começou a desacelerar. No triênio 1996-1998, o crescimento médio anual foi de apenas 2%, tendo sido levemente negativo em 1998 e a combinação de política fiscal frouxa com âncora cambial, exigindo a manutenção de juros reais elevados, produzindo deterioração contínua da relação entre dívida e PIB. Enfrentado a crise adotou-se a elevação dos juros para incentivar o ingresso de capitais especulativos de curto prazo, freada do crescimento econômico e atingindo principalmente o crédito ao



consumidor, corte de gastos e aumento de impostos. Foi estabelecida também a nova política cambial, controlada pelo Banco Central, no interior de minibandas de flutuação e adotaram-se algumas restrições às importações. Confirma-se o resultado positivo com os capitais externos voltando a irrigar as reservas cambiais brasileiras. Ocorre uma forte crise bancária com a quebra do Banco Econômico tendo o governo que criar um Programa de Reestruturação e Auxílio de Bancos em Dificuldade – PROER. Em seqüência ocorreu a concentração e desnacionalização do sistema bancário brasileiro.

Em 1996 o acesso ao crédito facilitado, levou a alta do consumo com a inflação em baixa e o baixo dinamismo das exportações, com déficit de US\$ 5,6 bilhões. O PROER está no auge, piorando o resultado fiscal, já ruins com os gastos financeiros crescentes da dívida pública. O governo conseguiu aprovar no Congresso as emendas constitucionais que criaram a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF e o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF, sucessor do Fundo Social de Emergência, de 1993. As finanças públicas também eram confrontadas com a renegociação das dívidas estaduais com a União. Pressionadas pela carga financeira dos juros e pela redução dos repasses Federais, causados pelo FEF, essas dívidas começaram a ser refinanciadas em condições muito duras, que incluíam a aceleração da privatização no plano estadual. Foram feitos esforços nas privatizações das estatais federais, que ajudaram no financiamento do déficit externo por meio da participação crescente de capitais multinacionais.

O crescimento econômico prosseguiu, em 1997, sustentados fundamentalmente no consumo, e não no investimento, e na importação de bens de consumo, e não de máquinas. Restringiram as condições de financiamento das importações e elevaram o Imposto sobre Operações Financeiras - IOF nas operações de crédito ao consumo. Houve perda de reservas cambiais brasileiras, devido a crescente instabilidade nos mercados internacionais e o início da crise asiática. A reação da política econômica foi semelhante à reação mexicana, no início de 95, primeiro mais que dobra as taxas de juros, depois lançou às pressas um pacote fiscal (o pacote “51”), com medidas pontuais para aumentar receitas, cortar gastos, restringir importações e incentivar as exportações.

Em 1998, ano eleitoral, se iniciou com clima de otimismo e alívio, FHC reconduzido ao cargo, a partir de uma mudança constitucional que reduziu a pressão sobre o dólar, viabilizando o retorno dos capitais especulativos de curto prazo. O Banco Central corta os juros mais do que se esperava. Veio a crise da Rússia em setembro, foi ordem do governo segurar a crise neste momento crítico que reacendeu a crise cambial no Brasil, agora com força redobrada, com intensa fuga de capitais e corrida contra a moeda nacional, às vésperas

das eleições. As eleições transcorreram em clima de alta instabilidade econômica, com juros extremamente elevados e acompanhados por diversas medidas para atrair capital externo especulativo, visando estancar a sangria de dólares, ao mesmo tempo em que se iniciaram, a toque de caixa, negociações com o Fundo Monetário Internacional. FHC ganha as eleições presidenciais e com apoio do FMI acalma o câmbio aplicando um duríssimo pacote fiscal. No início de dezembro formaliza-se o acordo com o FMI, fortalecendo o BACEN.

Em 1999, a economia não agüentou, obrigando o governo a flexibilizar sua política cambial, a desvalorização abrupta e desorganizada gerou pânico. O prenúncio das dificuldades econômicas, vê-em com a moratória das dívidas de Minas Gerais. Alarga-se o controle da banda cambial com desvalorização de 9%, mesmo assim a bolsa de valores despenca e os dólares emigraram aceleradamente, sendo que o câmbio foi liberado, e o Real se desvalorizou mais de 10%. FHC pressionou o Congresso Nacional e aprovou medidas de impacto fiscal, reuniu-se com os governadores, que pediram novas condições para suas dívidas, foi assinado um novo acordo. O mais grave, era a fragilidade macroeconômica, com os passivos interno e externo enormes, gigantescos gastos com juros e obsessiva perseguição de superávit primário. A arrecadação fiscal batia recorde, pois os capitais externos retornaram também em grande volume. O maior impacto da desvalorização foi absorvido pelo próprio governo, facilitando a distribuição do ônus sobre a economia e a nova política cambial aumentou a eficiência da política macroeconômica, permitindo a queda dos juros reais melhorando gradualmente as contas externas. No curto prazo, as finanças públicas foram também afetadas mas o êxito do plano de estabilização, para manutenção de reduzidas taxas de inflação, provoca o surgimento de uma nova realidade para a execução financeira e orçamentária.

A partir do início de 2000, a economia retomou a recuperação, mas permaneceu a extrema fragilidade das contas públicas internas e externas. O país voltou a receber capitais externos e viu melhoradas as avaliações de risco dos investidores internacionais, recuperou a produção industrial, cresceram as exportações de manufaturados e retomou o crédito, com grande impulso para os bens de capital e os de consumo duráveis. O déficit em conta corrente elevado, faz com que o Banco Central mantenha os juros reais altos para atrair capitais externos, reduzindo os juros nominais em cerca de 26% para menos de 16% ao longo do ano, com isso teve como efeito a ampliação do déficit e da dívida interna. A dívida líquida do setor público atingiu 49,5% do PIB, ou R\$ 563 bilhões.

No começo de 2001 os juros caíram para 15,25% ao ano, com expectativa de queda maior e de aumento do PIB real entre 4% e 5% dando a aparências da crise superada, mas a

crise Argentina, neste ano, deixa clara a fragilidade nas contas externas e internas, o risco-Brasil entrou em trajetória ascendente e o BACEN elevou os juros. O anúncio da crise da energia elétrica e o racionamento de energia são os exemplos mais marcantes da deterioração da infra-estrutura do país. Depois de certa estabilidade momentânea em meados de 2001, os atentados nos EUA em setembro reintroduziram o nervosismo, em função dos efeitos negativos causados à atividade econômica norte-americana e mundial. Subiu de novo o risco-Brasil, que chegou aos 1.200 pontos, ou seja, os investidores exigiam, para comprar papéis brasileiros, juros doze pontos percentuais acima do que eles poderiam auferir adquirindo títulos do governo norte-americano.

Em 2002 as expectativas conjunturais encontravam-se mais favoráveis do que a de anos antes. O Banco Central chegou a dar início ao corte dos juros, com a meta inflacionária de 3,5%, mas a possível redução de juros foi postergada em função dos temores do governo quanto às especulações e alta da inflação. No entanto, deixaram passar a oportunidade para a redução modesta no juros, e as bolsas de valores desabaram devido à fuga de aplicações em empresas e países endividados. A verdade é que desde 99, a partir do acordo com o FMI no final de 98, têm sido gerados enormes superávits fiscais, com sacrifício de gastos sociais e de investimentos, utilizados como contrapeso aos equívocos das políticas cambial e monetária. Ano marcado pela possível eleição de um político de esquerda, em 2002, desenvolve-se um avassalador ataque especulativo contra o Brasil, que culminou com o “risco-país” alcançando a marca recorde de 2400 pontos, e com a cotação do dólar chegando a 3,99 reais por dólar, em Outubro, entre o primeiro e o segundo turno da eleição, após ter sido cotado a 2,30 reais por dólar seis meses antes. (CASTANHAR, 2003). O acordo com o FMI renovando os empréstimos que venciam e obtendo disponibilização de novos recursos em moeda forte, no total de US\$ 30 bilhões, mas à custa de nova elevação da meta de superávit primário, de 3,75% para 3,88% do PIB, com metas de inflação e, portanto, indiretamente monitoramento da política monetária, além de limitações à possibilidade de intervenção do Banco Central no mercado cambial e um compromisso do governo quanto à realização das denominadas Reformas Estruturais, Previdenciária e Tributária. Logo após a assinatura do acordo, a turbulência aumentou e o Real foi dramaticamente desvalorizado, como medida de consolidar confiança, todos os candidatos assinaram documentos comprometendo-se a honrar os acordos assumidos pelo governo em vigor, o documento do então candidato Lula ficou conhecido como “Carta aos Brasileiros”.

Numa clara evidência de que a turbulência que envolvia o país era fruto muito mais de manobras especulativas extremamente agressivas de investidores locais e internacionais, do que da fragilidade dos fundamentos econômicos do país.

Em 2003 no início do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, colocou-se a manutenção da política econômica do governo FHC como uma fase de transição, para depois trocar pela política econômica do PT, isto não ocorreu e o argumento sobre isso era exatamente a herança do governo anterior. Uma herança maldita que pode-se denominar como a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do setor público, ficando com uma política monetária drasticamente ortodoxa que, entre outras coisas, tem feito com que a taxa real de juros praticada no Brasil seja a mais alta do mundo nos último oito meses. Com a Política Fiscal ainda mais ortodoxa, adotando cortes drásticos nos gastos públicos e produzindo um superávit fiscal da ordem de 5% do PIB, superior, portanto, ao exigido no Acordo com o FMI. As políticas monetária e fiscal adotadas no início do governo teriam sido indispensáveis para a queda do risco país, estabilizando a taxa de câmbio e colocando a inflação sob controle. O risco país declinou do nível de 2400 pontos para abaixo de 600 pontos em 2003. Ocorre por outros vieses, o agravamento dos problemas sociais, principalmente, a queda drástica da renda, a diminuição ainda maior do ritmo de crescimento da economia, depois de um ano de crescimento frustrado em 2002, o PIB cresceu pouco mais de 1,5%, sendo que a previsão para 2003 era abaixo de 1%, o pior resultado em 4 anos. (CASTANHAR, 2003).

O aumento da taxa básica de juros dos 25% para 26,5%, bem como a decisão de aumentar o superávit fiscal, como meta estabelecida pelo Fundo, acarretaram um ônus adicional à sociedade, implicando em redução de investimentos públicos aos programas prioritários, na área de infra-estrutura, saneamento básico e habitação, além de reduzir os recursos disponíveis para empréstimos ao setor privado, através dos Bancos Oficiais, agravando assim a recessão e o desemprego, tendo como um dos principais programas sociais deste governo o “Fome Zero”.

## 4.2 – Santa Catarina

### **Economia Catarinense**<sup>12</sup>

Seguiremos com uma rápida apresentação dos fatos político-econômicos mais relevantes no período de 1950 a 2003.

Anos 50, em seu início de 1951-56, foram criados a Secretaria de Estado da Agricultura e o Tribunal de Contas do Estado, pagou-se todas as dívidas do governo anterior, reformou-se duas importantes rodovias, construiu-se estradas, iniciou-se a obra de abertura da rodovia da Serra do Rio do Rastro. Nasce neste governo a primeira tentativa de fazer um planejamento econômico em Santa Catarina, é o Plano de Obras e Equipamentos – POE de 1956-60, que projetava investimentos públicos em diversos setores da administração pública e com reflexos nos meios sociais, políticos e econômicos, financiado sobre um aumento de 20% no Imposto sobre Vendas e Consignações – IVC, por dez anos, passou pela aprovação da Assembléia Legislativa. Segundo Ribas Junior (2001, p.120) “O Plano não obteve o êxito esperado. O POE é o marco inicial da história do planejamento governamental e econômico no Estado”. Referindo-se aos governos anteriores, afirma Mattos (1973, p.295) “antes dele as administrações se apoiavam basicamente nos orçamentos tradicionais, caracterizados pela subordinação das receitas aos diversos órgãos administrativos e não a um programa de aplicações setoriais”.

De 1956-58 os fatos marcantes são duas grandes obras fundamentais, a primeira é a rodovia asfaltada feita com recursos estaduais, ligando Itajaí a Blumenau e a segunda é a constituição da Sociedade Termo-Elétrica de Capivari, mais tarde incorporada à ELETROSUL. Já de 1958-61 são criadas as Secretarias, do Interior e Justiça, da Educação e Cultura, da Saúde e Assistência Social, de Segurança Pública e a de Viação e Obras Públicas, dando assim grande arrancada desenvolvimentista para o Estado de Santa Catarina que a partir de 1961, se consolidou. Dentre estas obras, está a construção do hospital de Lages e dos fóruns de Criciúma e Tubarão. Segundo Ribas Junior (2001, p.161) “havia, também, na estrutura de governo, o Departamento Estadual de Estatística e o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, ambos embrião dos modernos sistemas de planejamento porque coletavam dados e informações”. A estrutura de governo começa a se alterar pós 1951 com um movimento de ampliação e diversificação da base produtiva, que sofria constantes limites de falta de energia, recursos financeiros e infra-estrutura viária e portuária. As condições

---

<sup>12</sup> Capítulo baseado em Mattos (1973) e Giambiagi e Além (2001).

exigiam novas formas de organização capitalista organizadas a partir do Estado, para liberar as forças produtivas que entravaram o processo de acumulação, é uma fase transitória. É criada a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.), em 1955, pois antes o sistema de geração e distribuição de energia elétrica catarinense era fragmentado, sendo alimentado por pequenas iniciativas privadas locais ou por multinacionais. (SCHMITZ, 1995).

Anos 60, é criado o Plano de Metas de Governo – PLAMEG, que sucede o POE nos anos de 1961 a 1965. Ocorreu também a introdução do Imposto de Circulação de Mercadorias – ICM, que veio em substituição ao Imposto de Vendas e Consignações – IVC. Nas palavras de Ribas Junior (2001, p.122) comenta:

Sob a influência das conclusões de um Seminário Sócio-Econômico realizado em 1959, que forneceu um diagnóstico da realidade catarinense. O governo criou uma nova estrutura burocrática o que ocasionou o aumento da máquina administrativa do Estado. Primeiro cria-se uma Secretaria dos Negócios do Oeste, cuja sede ficou na cidade de Chapecó. Segundo autoridades governamentais, era preciso dar maior atenção econômica, administrativa e política à região do oeste catarinense, que acabará de completar um primeiro processo de colonização, principalmente pela distância e por problemas de comunicação com o litoral. As razões de ordem política são decorrentes de conversas sobre movimentos favoráveis a criação de uma Unidade Federativa chamada Território do Iguaçu. Foram criadas também a Secretaria do Trabalho, que fazia parte de um acordo político-partidário, e a Secretaria de Estado sem pasta, cuja finalidade era atuar no campo político.

O PLAMEG basicamente diagnosticava e prognosticava, planejando a execução que era entregue aos órgãos da administração pública para a sua aplicação e execução, promovendo assim uma avaliação e o controle, como instrumento auxiliar do Governador do Estado. Os recursos de financiamento saíam de um fundo criado com dinheiro proveniente do IVC agora ICM, da cobrança de outras taxas e da tomada de empréstimos financeiros. Nas palavras de Schmitz (1985, p.35)

Para a execução do Plano de Metas, o Poder Executivo ficou autorizado a despender nos exercícios entre 1961 a 1965, verificada as conveniências financeiras e as possibilidades materiais de execução, o volume de aplicações em despesas de capital em C\$ 17,5 milhões de cruzeiros. Era um programa quinquenal de investimentos, ao qual era destinada quantia correspondente a mais de 35% da arrecadação estadual prevista para o período. Estava aberta a oportunidade para a adoção do orçamento programa. A dotação foi autorizada, na Lei de Meios, de forma global.

Dadas às condições nacionais favoráveis e as novas iniciativas estaduais, a partir de 1962, como a reprodução do capital em Santa Catarina, sua economia ampliar-se com maior liberdade e intensidade. O sistema bancário em Santa Catarina, até o início dos anos 60, era constituído por uma série de pequenas casas bancárias, que tinham abrangência local e financiavam apenas a pequena propriedade rural para investimentos de curto prazo (SCHMITZ, 1991).

Quando em 1962, começa um novo período em Santa Catarina, o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. Acompanhando o movimento geral da industrialização brasileira, o padrão de crescimento em Santa Catarina sofreu profundas alterações a partir de 1962, quando a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o POE (1956-60), existiam várias metas, porém poucas foram cumpridas, pela falta de experiência em planejamento e pela falta de um aparato institucional. Foi somente com o PLAMEG (1961-65), que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infra-estrutura social básica e para financiar o capital privado local. Antes disto o ritmo de acumulação e o livre desenvolvimento das forças produtivas estava sendo barrado pela falta de infra-estrutura e de capital financeiro. Assim inauguraram toda a estrutura que faltava ao desenvolvimento catarinense, um banco estatal (BESC), uma universidade (UDESC), uma concessionária de energia (CELESC) e um fundo de desenvolvimento (FUNDEC), elaboraram ainda, o primeiro orçamento plurianual de um estado brasileiro. Foram construídos milhares de escolas e dezenas de ginásios e foram criadas a Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina – ERUSC; a Secretaria dos Negócios do Oeste o Departamento de Orientação e Racionalização do Serviço Público – DORSP; o Instituto de Reforma Agrária do Estado – IRASC; o Departamento de Caça e Pesca; o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BDE e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, estes dois últimos ambos em 1962, inauguram uma nova fase no sistema de crédito no Estado, pois agora o eixo central do sistema financeiro deslocou-se do crédito ao consumo para o crédito ao investimento de longo prazo. (SCHMITZ, 1991). O PLAMEG executou as suas atividades até o final de 1966.

A criação do Código Tributário em 1966 concentrou a arrecadação de tributos em mãos da União, já no Governo Estadual foi criado o PLAMEG II (1966-70), dando continuidade ao Plano de Governo anterior, o financiamento do plano de desenvolvimento é realizado pela tomada de empréstimos externos (eurodólares). Por razões político-partidárias, o governo militar, através do Ato Institucional nº 2, extinguiu os partidos políticos existentes, criando no lugar a ARENA, que seria a situação e o MDB, para ser a oposição, conciliando a essa nova conjuntura política, o PLAMEG II ganhou novas atribuições, passando, também, a executar as tarefas planejadas. Comenta Ribas Junior (2001, p.123)

O PLAMEG II, nessa nova realidade, constituiu-se em um órgão de grandes proporções que substituiu os demais órgãos na execução das obras. Isso cria algumas confusões na administração pública. A Secretaria responsável não tinha como fazer as obras públicas e passava o PLAMEG a executar diretamente a construção das

escolas, das unidades sanitárias e dos prédios públicos. Mas apesar dessa situação, o plano foi importante para a expansão industrial.

O PLAMEG II abriu também uma importante linha de crédito especial, com juros baixos e prazos longos para financiar cooperativas agropecuárias que quisessem construir seus armazéns, essa atitude levou o governo federal a modificar as normas de crédito bancário. Ocorreu ainda a reformou da rede de distribuição de energia elétrica, que passou de 134 localidades em 1966 para 715 em 1968. As economias brasileira e catarinense apresentaram, a partir de 1967, altos índices de crescimento econômico, sendo esse caracterizado como o período do Milagre Econômico Brasileiro, tendo ainda neste mesmo ano a Reforma Tributária. A mesma proposta do Plano é repassada para o PLAMEG II (1966-70) e para o Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD de 1971-1974, e em menor proporção ao Plano de Governo - PG de 1975-79. Destacam-se quatro grandes áreas de atuação dos Planos, a **Financeira** em dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos. O **Transporte** para integrar as mesorregiões produtoras ao mercado nacional e estadual. A **Energia** para ampliar a área de atuação da CELESC, distribuindo e gerando mais energia e as **Telecomunicações** aumentando a rede de telefonia e a oferta de linhas. É o Estado atuando como forma superior de organização capitalista alargando as bases produtivas e ajustando-se à ordem econômica e politizando as relações econômicas. Após o re-ordenamento do BDE, no final dos anos 60, foram criados outros mecanismos de fomento, como o FUNDESC, o PROCAPE e o PRODEC, além da criação do BADESC, todos com um propósito claro, fomentar e incentivar a indústria e a agroindústria catarinense.

Nos anos 70 inicia-se a década com governos nomeados pelo Regime Militar, aplicando o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, depois transformado-o em Ação Catarinense de Desenvolvimento. A estratégia do projeto era a dinamização dos centros urbanos já relativamente desenvolvidos, que concentrassem parcelas de renda e estas permitissem um reimpulsamento econômico com repercussões sociais. O País passava pela fase do Milagre Econômico, pela crise do petróleo e a economia catarinense firme, continuava com o seu desempenho maior e melhor comparado aos outros Estados. A população quase dobra em 20 anos alega Mattos (1973, p.197) “Santa Catarina era habitada, em 1950, por um contingente humano de 1,5 milhão de pessoas. Em 1970, este número se eleva para 2,9 milhões”. A maioria da população concentrava-se na área rural, mas a tendência de crescimento do contingente urbano era evidente, pois havia crescido de 23% em 1950, para 43% no ano de 1970. (MATTOS, 1973, p. 245). A população economicamente ativa estava concentrada na



atividade agrícola em torno de 63% mas, no final do período, 49% desta população estava nas atividades industriais e prestação de serviços. (MATTOS, 1973, p. 258). A aceleração do crescimento populacional aumenta a demanda pelo fornecimento de bens e serviços públicos, pressionando com isso os gastos orçamentários. O índice de crescimento do PIB confirma que o Estado foi menos suscetível às crises que afetaram setores produtivos nacionais. Neste período Santa Catarina cresceu 18,52%, percentual superior ao desempenho verificado no Brasil, posicionando-se em 2º lugar entre os estados da região sul.

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, tornou possíveis novos investimentos no Estado, linhas de crédito para apoio à atividade de setores econômicos e organizações de todos os portes, através das instituições financeiras vinculadas ao Estado. O crescimento do PIB nacional, nos quatros últimos anos, era da ordem de 9% ao ano e o PIB de Santa Catarina se situou ao redor de 12% ao ano entre 1968 e 1970.

Na administração de 1975 a 79 algumas obras e serviços como a construção de rodovias federais tiveram o apoio do governo federal, através do presidente Geisel. Outras ações importantes foram a eletrificação rural, através da Eletrificação Rural de Santa Catarina – ERUSC, a construção de novos hospitais, a instalação do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves - CNPSA, na área agrícola e a construção de vários campus universitários.

Os anos 80, foram marcados pela transição de um governo do regime militar para o civil tendo o primeiro presidente civil após a ditadura. Em 1980, o governo federal iniciou um processo de ajustamento externo e, em seguida, em 1982, a situação financeira ficou ainda pior, pois a suspensão dos créditos externos ao País, em conjunto com a fuga de capitais levou a total dependência do setor público por recursos internos.

No plano Cruzado, 1986 houve certa normalização das atividades do Estado. Este período contribuiu para um melhor desempenho, tendo uma fiscalização popular rigorosa que exigia a nota fiscal nas compras realizadas.

Em 1987, com o fim do Plano Cruzado, o estado foi obrigado a adotar uma postura rígida em relação aos gastos públicos, para poder obter ao final do exercício financeiro um superávit orçamentário, ficando o exercício de 1987 caracterizado como o período de saneamento das finanças públicas.

Em 1989 diante do Plano Verão, o governo federal tratava o estado com uma certa distância, caracterizada pela queda de receita relativa às transferências não compulsórias da União sendo que no Balanço Geral do Exercício apresentaram-se números positivos, reflexos das duras medidas do governo. Na administração 1979 a 82, fatores mais relevantes aconteceram com a pavimentação de 1.000 quilômetros de rodovia em 3 anos, a construção

do Terminal Rita Maria, a instalação de 15 quilômetros de linhas de eletrificação rural, a construção do Centro Integrado de Cultura - CIC e a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE. A administração de 1982 a 83 tinha como metas o salário e as obras municipais, sendo que, neste período, houve o primeiro governador a dar uma reposição salarial fora dos padrões que existiam na época. Na administração de 1983 a 87, o fator mais relevante foi a criação da Secretaria da Reconstrução, extinta após o fim do governo, que objetivava restaurar as perdas decorrentes das enchentes de 1983 e 1984 e da seca de 1985, onde foram construídos mais de 1.000 quilômetros de rodovias pavimentadas e o apoio aos pequenos empresários rurais e urbanos que criaram uma linha de crédito no BESC, denominada Pequenos Negócios. Na gestão de 1987 a 89 houve um esforço do governo para a recuperação financeira do Estado, além do BADESC, a principal instituição financeira, o BESC era o grande desafio, e para sanear o banco, a administração tomou várias decisões, tais como a redução no número de diretorias, de infra-estrutura e de empregados, entre outras. Destacam-se, neste governo, a reforma ou ampliação de uma unidade de saúde por semana e, a quadruplicação da capacidade de processamento do CIASC.

Com uma curta administração, os anos de 1990 e 91 foram marcados por profundas modificações na estrutura organizacional do Poder Executivo, com fortes reflexos operacionais na execução orçamentária, financeira e contábil dos órgãos e entidades governamentais extintos, transformados ou criados. Foram reduzidas de 20 para 10 o número de Secretarias de Estado, de 8 para 6 as Autarquias, de 9 para 4 as Fundações, de 22 para 21 as Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, ainda foram extintas 2 Sociedades Civis e extintos cargos comissionados e funções gratificadas. Foi implantado um programa de revisão dos Processos de Agregação Salarial e o cancelamento imediato do pagamento de tais benefícios, o que acarretou grande demanda de ações judiciais, resultando inúmeras liminares em favor dos servidores. O SIM (Saúde, Instrução e Moradia) era o tripé no qual apoiou o programa de governo. Porém, os investimentos feitos atingiram outras áreas, como as de tecnologia, transportes, turismo e agricultura. A recuperação do patrimônio público, em escolas e redes hospitalares, também foi um passo importante para o Estado. O Governo Federal “Collor” simplesmente liberou a importação do carvão metalúrgico, desobrigou as siderúrgicas estatais a comprarem o carvão nacional, acabou totalmente com as cotas e fechou o Lavador de Capivarí e as unidades da Indústria Carboquímica Catarinense - ICC em Imbituba e Criciúma. O segmento têxtil-vestuário foi o setor mais atingido em Santa Catarina com o processo de abertura comercial e sobrevalorização. Com a abertura comercial, reduzindo as alíquotas de importação e com a sobrevalorização cambial, ocorreu uma maciça

importação de produtos acabados nos ramos têxtil e vestuário, fazendo com que as exportações catarinenses no ramo têxtil caíssem de 423,6 milhões de dólares em 1993 para 258,7 milhões em 1999, uma queda de 63,7%, reduzindo a participação do total exportado no Estado para 10,1%, ou seja, uma queda de 50,0%. (GOULARTI FILHO, 1995). No curto Governo Estadual podemos destacar as preocupações administrativas, a proteção com o meio ambiente, como a criação da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental. Tais medidas não evitaram que os exercícios financeiros de 1991 a 94, encerrassem com números deficitários, mas Santa Catarina registrou o melhor desempenho entre os estados da região sul, segundo os resultados obtidos no projeto de contas regionais.

Ainda em 1994 as receitas tributárias obtiveram uma melhora expressiva, devido à implantação do Plano Real como novo plano de estabilização. Contribuiu com o setor industrial, ocupando a 5ª posição entre os estados exportadores, o que representa 5,55% das exportações nacionais. A média anual de crescimento da economia catarinense na década atingiu 3,24% e considerando o período compreendido pelo Plano Real, 1994-1999, Santa Catarina registrou a média de 3,82%.

De 1995 a 99, o governador do estado deu continuidade à reforma administrativa<sup>13</sup> iniciada pelo seu antecessor, com a promulgação das Leis n. 9.904, de 3 de agosto de 1995 e n. 9.831, de 17 de dezembro de 1995. Estas leis continham as diretrizes para a reforma administrativa do seu governo que extinguiu a Secretaria da Justiça e Administração<sup>14</sup>, transformando-a em Secretaria de Estado da Administração - SEA, como órgão Central dos Sistemas de Administração de Recursos Humanos, de Material e Serviços, de Administração Patrimonial e de Administração Organizacional, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Essa reforma administrativa foi encerrada com o Decreto n. 2.134, de 21 de agosto de 1997, que aprovou o Regimento interno e promoveu a distribuição dos cargos de provimento em comissão e das funções executivas de confiança, e reafirmou a necessidade de se investir na capacitação<sup>15</sup> do funcionário público estadual. As referidas ações tiveram por base as diretrizes do Ministério da Administração Federal e Reforma de Estado - MARE, logo no início deste governo.

O MARE deflagrou, em nível nacional, o processo de implantação do modelo de administração pública gerencial, cuja finalidade era:

- a) Focalização do Estado no cidadão;
- b) A reorientação dos mecanismos de controle para resultados;

---

<sup>13</sup> 9º Cf. artigo 16, inciso, IX da Lei n. 8.240, de 12 de abril de 1991.

<sup>14</sup> Artigo 109, inciso, V da Lei n. 9.831, de 17 de dezembro de 1995.

<sup>15</sup> Decreto n. 2.134, de 21 de agosto de 1997, artigo 1, inciso III.

- c) A flexibilidade administrativa;
- d) A valorização do servidor.

Sob tais orientações o governo implantou no estado de Santa Catarina o Fórum de Capacitação dos Funcionários Públicos Estaduais<sup>16</sup>.

É apresentado em 1997, o refinanciamento da dívida e abertura de crédito para o saneamento do conglomerado BESC e para a transformação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC em agência de fomento. Para isto a União impõe ao Estado ou seja à Assembléia Legislativa, um Projeto de Lei que instituía um Programa de Desestatização e Reforma do Estado de Santa Catarina, que não obteve aprovação.

Em 1999, com a administração 1999 a 2002, manteve-se o programa de capacitação iniciado no governo anterior, apenas na forma, pois não considerava na sua plenitude, o Fórum de Capacitação dos Funcionários Públicos Estaduais que frustra, em certo sentido, o programa de modernização do Estado e da administração pública estadual, como esperava o governo federal (BRESSER PEREIRA, 1998). Apesar da declaração do governo Amin (2001, p. 22) “Santa Catarina está se integrando ao novo modelo de gestão do Estado posto em prática pelo Governo Federal pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão”. No que se refere à modernização do Estado e da Administração Pública, o Governo tinha diversos programas, conforme consta da mensagem à Assembléia Legislativa, de fevereiro de 2001, dos quais se destacam os seguintes:

- a) Implantação do modelo de gestão do estado por resultados;
- b) Profissionalização e valorização do servidor público:

Em 2000, foram capacitados 1.035 servidores da Secretaria do Estado da Fazenda, a UDESC implantou o Curso de Pedagogia à distância destinado para 4.400 docentes do ensino fundamental em atuação na rede pública. Nesse sentido, as projeções administrativas de Amim refletiam o conteúdo da Emenda Constitucional n.º 19 de 4 de junho de 1998, onde modificou o regime e dispôs novos princípios e normas para a administração pública, tendo servidores e agentes políticos a qual, propunha a valorização profissional do servidor ao afirmar que a União, Estados e Distrito Federal deveriam manter Escolas de Governo, para propiciar a formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, condicionando, a participação dos servidores públicos em cursos de aperfeiçoamento como uma condição para a promoção na carreira. O projeto de modernização do Estado e da Administração Pública Estadual ficou apenas na transição passiva, incompleta, e não acumula forças suficientes para romper com os traços patrimonialistas, como assinala Tronca (1986, p. 8):

---

<sup>16</sup> Por meio do Ato n. 1.850 de 15 de maio de 1995.

Carrega no seu bojo, então a construção de um Estado moderno, à feição ocidental, suporte indispensável da futura industrialização (pesada), um Estado criador das classes sociais modernas, (Burguesia e Proletariado), uma vez que os grupos sociais existentes antes e durante a República Velha, eram simples arremedo de classes, fragmentárias e em estágio de formação, portanto fracas.

Em síntese, a análise das reformas administrativas, enfatizaram muito na estrutura técnica administrativa, não priorizando a formação profissional e a criação de uma cultura do serviço público. Coexistem na administração pública estadual, práticas administrativas de orientação patrimonialista e racional legal indicando, assim, uma modernização conservadora do Estado brasileiro.

Na administração de 2003 a 2007 temos como ponto chave a descentralização, para que o governo esteja efetivamente presente em todo o território catarinense. Foi realizada uma reengenharia da estrutura governamental, que promove a redistribuição das funções, substituindo funções centralizadas por regionalizadas, que estão fundamentadas nas Secretárias e nos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Além desta característica da gestão, estão presentes a municipalização, a prioridade social e a modernização tecnológica. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2006).

As secretarias atuam como agências oficiais de desenvolvimento enquanto os Conselhos (integrados pelos prefeitos e pelos órgãos da comunidade, que representem a força viva de cada micro-região), constitui o Fórum permanente de debates sobre a aplicação do orçamento regionalizado, a escala de prioridade das ações, a integração do estado, município, universidade, comunidade no planejamento e execução de metas.

## **CAPÍTULO V**

### **APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE PIB E DESPESA**

#### **5.1 - Conversão dos dados**

Esta conversão foi utilizada de acordo com os dados trabalhados e para que o objetivo deste trabalho se conclua foi-se necessário inicialmente à utilização dos valores e suas unidades monetárias originais em seus respectivos anos, digo todos os anos apresentados de produto interno bruto e despesas correntes catarinense.

Temos então os valores monetários, utilizados nesta pesquisa, que representam os 64 anos de PIB e despesas correntes catarinense expressos em moeda da época de 1939 à 2003.

Estes dados foram apresentados, em formato e/ou padrão atual, digo na unidade monetária o REAL (R\$), foram convertidos conforme o modelo de conversão monetária disposto pelo Banco Central do Brasil - BACEN e adaptado para este trabalho, que será apresentado ainda neste capítulo, tendo assim corrigido para a forma monetária do período equivalente.

Como exemplo aplicado a esta pesquisa temos a relação dos anos de 2003 à 1985, dados estes compilados diretamente da página do IBGE, que são apresentados em Reais (R\$), para os anos anteriores a 1994, à este foi aplicado o conceito de conversão, gerando assim formatos em Cruzeiro (Cr\$), Cruzeiro Novo (NCr\$), Cruzado (CZ\$), Cruzado Novo (NCZ\$) e Cruzeiro Real (CR\$).

Para a conversão foi utilizado como fonte de orientação o Histórico da Moeda do Banco Central do Brasil (Anexo) que mostra claramente os diversos planos econômicos na esfera monetária em virtude da unidade monetária vigente em toda a história econômica do Brasil.

Diante disso, fica nítido como eram efetuadas as equivalências de trocas das moedas e conversões dos anos que se sucederam.

#### **Dificuldades encontradas na obtenção dos dados para o PIB**

Como dificuldade maior tem-se a inexistência de dados do PIB-SC contendo todos os anos contabilizados do governo, desde o início da contabilidade social, em contas nacionais do Estado de Santa Catarina e anteriores a este. E os que existem estão desorganizados e muitas vezes inviáveis à pesquisa. Os diferentes governos ventura suas constantes alterações a cada mandato, fazendo com que fossem criadas e extintas diversas secretárias responsáveis

pela pesquisa de dados, como a renda estadual (PIB-SC), alterando suas sedes, seus setores internos e as suas bibliotecas. Envolvido por certos interesses políticos que muitas vezes refletiam nas metodologias utilizadas, e até mesmo no fim dos materiais já existentes, digo, muitas pesquisas se perderam no contexto de toda estas mudanças. Com isto perdeu-se grande parte da história econômica do Estado de Santa Catarina, sobretudo no que diz respeito a necessidade que hoje temos de trabalhar com tais séries históricas de dados, onde muitas das quais não estão nem mesmo em livros, simplesmente não existem.

Os vários planos econômicos e os modelos monetários adotados pelos vários governos destes períodos, dificultam as comparações dos anuários, necessitando assim retroceder ao valor original da época a fim de se recalcularem por outros parâmetros, padronizando toda a pesquisa por um outro modelo. Entretanto foi também necessário utilizar as conversões monetárias das mais variadas formas a fim de igualar valores.

Há o problema da metodologia adotada, dos conceitos aplicados para a formulação dos dados, ou seja, por muitos anos não se tinha um modelo metodológico único para o cálculo dos PIB's estaduais. Houve períodos em que cada estado utilizava-se de uma metodologia única e muitas vezes diferente dos demais, dificultando assim comparações imediatas, fazendo-se necessário a padronização a fim de formular o cálculo nacional geral.

Normalmente o PIB é classificado em valor nominal, e/ou corrente, valor constante e/ou real, tendo também o valor adicionado, a preços de mercado e/ou básico. O que se faz necessário em alguns casos comparativos é o recálculo pois há correções por taxas de câmbio, médias ponderadas, correção monetária e até mesmo estimativas preliminares como valores estimados. Todavia acham-se valores nominais ou correntes em curtos períodos ou até mesmo séries de até 10 anos, mas em compensação integrar em uma outra série nominal já se torna mais trabalhoso.

### **Fonte dos Dados para o PIB**

As fontes são bastante variadas devido a tamanha dificuldade na obtenção dos dados que se fazia presente. Tivemos então as seguintes seqüências, utilizadas para os anos de 1939 a 1970, 1975 e 1980, com os dados compilados do IBGE (1970).

Para os anos de 1971 a 1974 de 1976 a 1979 e de 1981 a 1984 foram compilados diretamente na Secretária de Estado do Planejamento na Diretoria de Estatística e Cartografia com a cooperação do gerente de estatística o senhor Cláudio José Luz Mendonça, na biblioteca setorial, do livro Anuário Estatístico de Santa Catarina 1987.

Para os anos de 1985 à 2003 foram compilados diretamente da página do IBGE em contas regionais de 2003, Santa Catarina em valor adicionado a preços correntes.

Para os anos 1939, e 1947 a 1967, referem-se à renda interna, para 1970, 1975, 1980, o PIB a custo de fatores, para 1985/1999 está em valor adicionado a preços aproximadamente básico, temos ainda no período 1939, e 1947 a 1966, já incluído o estado de Guanabara.

Para os anos de 1964 a 1967, e 1984 e 1985, não há centavos devido aos planos econômicos vigentes neste período de 01/12/1964 a 12/02/1967, referentes à Lei n° 4511, de 01/12/1964 e no período de 15/08/1984 a 27/02/1986, referente à Lei n° 7214, de 15/08/84.

Tivemos ainda a taxa de câmbio em 1982, igual a Cr\$/US\$ 179,39 (Média Ponderada).

### **Fonte de dados para Despesas Correntes**

Temos as seguintes séries de 1950 a 1963, compilados de Mota (2002, p. 68), e de 1964 a 2002, compilados de Brasil (2001), lembrando que para os anos de 1964 a 1967, e 1984 e 1985, não há centavos devido aos planos econômicos vigentes neste período, como foi citado anteriormente.

Entre os anos de 2003 e 2004, os dados são do Ministério da Fazenda, Secretária do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira de Estados e Municípios – COREM (2006).



## 5.2 – Dados do PIB 1939-2003

**Tabela 01 – PIB de Santa Catarina de 1939 a 2003.**

<b>Anos</b>	<b>Moeda</b>	<b>Valores</b>	<b>Anos</b>	<b>Moeda</b>	<b>Valores</b>
<b>1939</b>	Rs	918.300.000.000,	<b>1972</b>	Cr\$	9.721.341.000,00
<b>1940</b>	Rs	-	<b>1973</b>	Cr\$	14.198.173.000,00
<b>1941</b>	Rs	-	<b>1974</b>	Cr\$	22.213.749.000,00
<b>1942</b>	Cr\$	-	<b>1975</b>	Cr\$	25.754.000.000,00
<b>1943</b>	Cr\$	-	<b>1976</b>	Cr\$	49.392.599.000,00
<b>1944</b>	Cr\$	-	<b>1977</b>	Cr\$	73.825.822.000,00
<b>1945</b>	Cr\$	-	<b>1978</b>	Cr\$	108.111.392.000,00
<b>1946</b>	Cr\$	-	<b>1979</b>	Cr\$	188.010.865.000,00
<b>1947</b>	Cr\$	4.193.100.000,00	<b>1980</b>	Cr\$	393.399.000.000,00
<b>1948</b>	Cr\$	4.604.500.000,00	<b>1981</b>	Cr\$	873.924.047.000,00
<b>1949</b>	Cr\$	5.141.800.000,00	<b>1982</b>	Cr\$	1.821.296.315.000,00
<b>1950</b>	Cr\$	5.728.400.000,00	<b>1983</b>	Cr\$	4.458.430.606.000,00
<b>1951</b>	Cr\$	6.509.000.000,00	<b>1984*</b>	Cr\$	14.848.607.378.000,
<b>1952</b>	Cr\$	8.202.900.000,00	<b>1985*</b>	Cr\$	41.975.518.612.245,
<b>1953</b>	Cr\$	10.642.700.000,00	<b>1986</b>	Cz\$	112.684.401.157,82
<b>1954</b>	Cr\$	12.430.000.000,00	<b>1987</b>	Cz\$	370.186.416.973,14
<b>1955</b>	Cr\$	17.990.600.000,00	<b>1988</b>	Cz\$	2.932.434.711.575,16
<b>1956</b>	Cr\$	22.827.700.000,00	<b>1989</b>	NCz\$	51.831.848.677,21
<b>1957</b>	Cr\$	26.135.500.000,00	<b>1990</b>	Cr\$	1.078.982.595.501,28
<b>1958</b>	Cr\$	31.655.800.000,00	<b>1991</b>	Cr\$	5.509.276.928.349,20
<b>1959</b>	Cr\$	41.722.000.000,00	<b>1992</b>	Cr\$	67.090.030.812.607,30
<b>1960</b>	Cr\$	59.178.600.000,00	<b>1993</b>	CR\$	1.401.947.784.988,59
<b>1961</b>	Cr\$	86.335.100.000,00	<b>1994</b>	R\$	11.982.169.389,95
<b>1962</b>	Cr\$	130.823.100.000,00	<b>1995</b>	R\$	21.644.008.988,82
<b>1963</b>	Cr\$	232.241.600.000,00	<b>1996</b>	R\$	27.320.710.082,41
<b>1964*</b>	Cr\$	449.560.200.000,	<b>1997</b>	R\$	29.581.873.380,10
<b>1965*</b>	Cr\$	680.514.100.000,	<b>1998</b>	R\$	30.606.119.397,15
<b>1966*</b>	Cr\$	1.102.557.000.000,	<b>1999</b>	R\$	33.144.613.144,37
<b>1967*</b>	NCr\$	-	<b>2000</b>	R\$	39.237.211.355,79
<b>1968</b>	NCr\$	-	<b>2001</b>	R\$	43.402.264.844,51
<b>1969</b>	NCr\$	-	<b>2002</b>	R\$	49.051.712.342,52
<b>1970</b>	Cr\$	4.306.000.000,00	<b>2003</b>	R\$	58.234.202.335,15
<b>1971</b>	Cr\$	6.911.719.000,00	<b>2004</b>	R\$	-

Fontes: Citadas neste capítulo.

Obs.: \* Para estes anos não eram considerados os valores em centavos. 01/12/1964 a 12/02/67 e de 15/08/84 a 27/02/86.

### 5.3 – Dados das Despesas Correntes 1950-2004

Devido à falta de alguns dados referentes das despesas correntes não foi possível concluir esta tabela com os anos pretendidos de 1939 a 2003, ficando de fora desta tabela do ano de 1939 a 1949.

Temos a seguir a relação do nos anos de 1950 a 2004 das despesas correntes de Santa Catarina.

**Tabela 02 – Despesas Correntes de Santa Catarina de 1950 a 2004**

<b>Anos</b>	<b>Moeda</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>Anos</b>	<b>Moeda</b>	<b>Despesas Correntes</b>
1939	Rs	-	1972	Cr\$	508.773.838,30
1940	Rs	-	1973	Cr\$	709.190.775,19
1941	Rs	-	1974	Cr\$	944.630.181,64
1942	Cr\$	-	1975	Cr\$	1.343.240.361,65
1943	Cr\$	-	1976	Cr\$	2.133.392.831,96
1944	Cr\$	-	1977	Cr\$	3.337.511.504,02
1945	Cr\$	-	1978	Cr\$	4.870.500.295,67
1946	Cr\$	-	1979	Cr\$	8.659.611.107,00
1947	Cr\$	-	1980	Cr\$	17.995.929.271,18
1948	Cr\$	-	1981	Cr\$	37.918.592.955,12
1949	Cr\$	-	1982	Cr\$	104.908.874.108,39
1950	Cr\$	201.475.591,50	1983	Cr\$	211.428.698.226,60
1951	Cr\$	246.558.287,70	1984*	Cr\$	690.498.706.590,
1952	Cr\$	282.389.898,20	1985*	Cr\$	2.945.852.018.293,
1953	Cr\$	407.041.450,10	1986	Cr\$	10.325.759.692,00
1954	Cr\$	466.487.059,50	1987	Cr\$	30.716.884.080,00
1955	Cr\$	603.224.211,50	1988	Cz\$	201.101.306.046,00
1956	Cr\$	889.433.054,90	1989	NCz\$	3.692.241.598,00
1957	Cr\$	1.363.360.793,90	1990	Cr\$	114.537.321.110,00
1958	Cr\$	1.835.797.513,30	1991	Cr\$	457.281.791.541,00
1959	Cr\$	2.492.049.189,40	1992	Cr\$	4.884.911.985.191,00
1960	Cr\$	2.049.647.000,00	1993	CR\$	105.050.516.619,00
1961	Cr\$	5.873.339.349,00	1994	R\$	1.119.787.768,00
1962	Cr\$	7.146.444.682,90	1995	R\$	2.180.440.640,00
1963	Cr\$	13.841.910.173,60	1996	R\$	2.706.299.527,00
1964*	Cr\$	24.649.995.998,	1997	R\$	2.738.328.852,00
1965*	Cr\$	44.584.323.111,	1998	R\$	2.816.232.280,77
1966*	Cr\$	51.640.313.000,	1999	R\$	2.766.528.577,86
1967*	NCr\$	82.450.461,	2000	R\$	3.826.209.046,89
1968	NCr\$	118.135.799,77	2001	R\$	4.445.512.516,66
1969	NCr\$	165.997.377,07	2002	R\$	5.356.214.699,40
1970	Cr\$	283.689.636,48	2003	R\$	6.272.912.213,69
1971	Cr\$	363.942.724,51	2004	R\$	6.893.627.491,69

Fontes: Mota (2002), Brasil (2001).

Notas: De 1950 a 1963 compilados de Mota (2002).

De 1964 a 2002 compilados de Brasil (2001).

De 2003 a 2004 são do Ministério da Fazenda – COREM (2006).

Obs.: \* Para estes anos não eram considerados os valores em centavos. 01/12/1964 a 12/02/67 e de 15/08/84 a 27/02/86.

#### 5.4 – Tabela das Despesas Correntes versus PIB

Devido à falta de alguns dados, tanto do PIB, quanto das despesas correntes não foi possível concluir esta tabela com os anos pretendidos de 1939 a 2003, ficando de fora desta tabela do ano de 1939 a 1949 e 1967 a 1969.

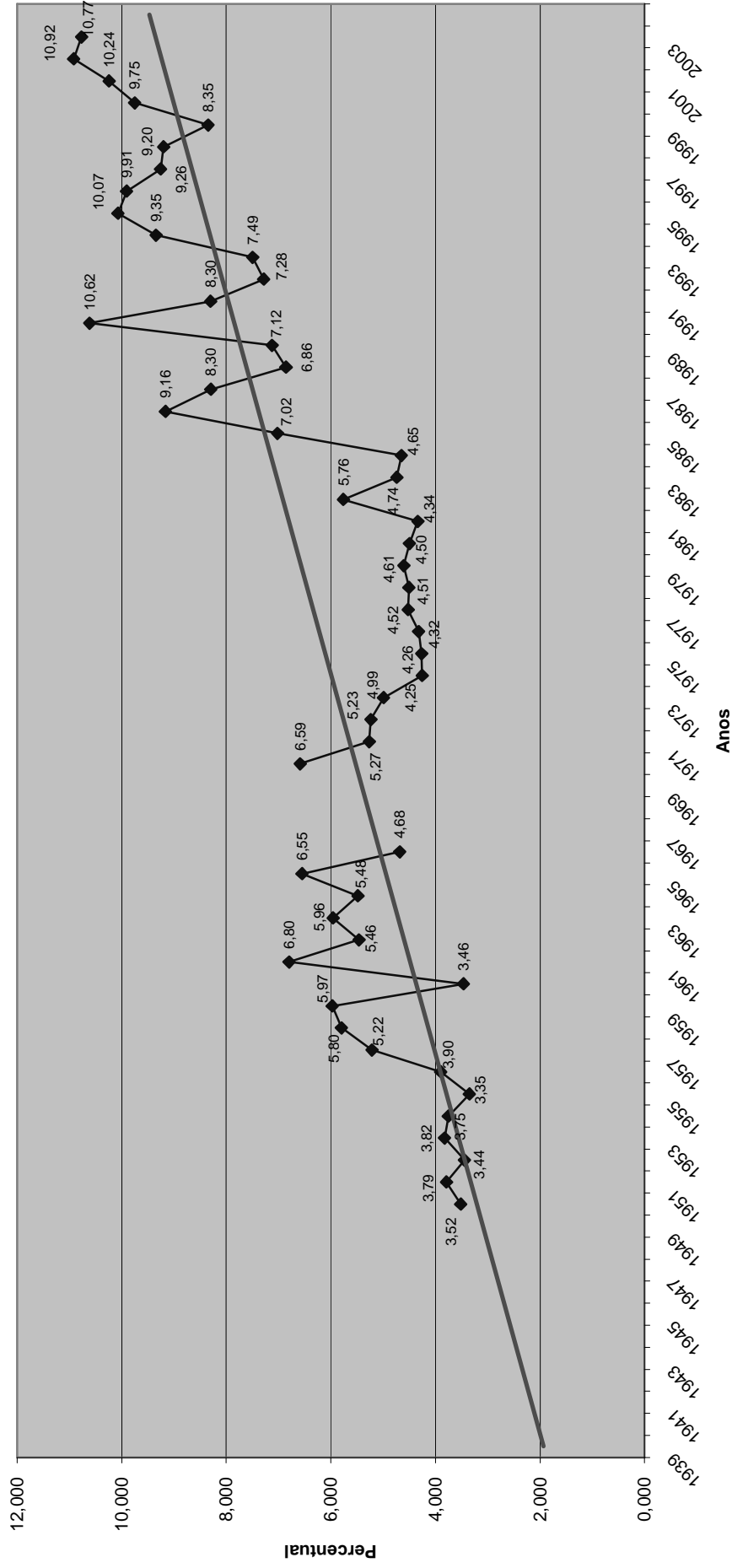
Temos a seguir na tabela 03, os percentuais nos anos de 1950 a 2003 das despesas correntes em relação ao produto interno bruto catarinense.

**Tabela 03 – Percentual das Despesas Correntes no PIB (%)**

<b>Anos</b>	<b>Despesa / PIB (%)</b>	<b>Anos</b>	<b>Despesa / PIB (%)</b>
<b>1950</b>	3,52	<b>1977</b>	4,52
<b>1951</b>	3,79	<b>1978</b>	4,51
<b>1952</b>	3,44	<b>1979</b>	4,61
<b>1953</b>	3,82	<b>1980</b>	4,50
<b>1954</b>	3,75	<b>1981</b>	4,34
<b>1955</b>	3,35	<b>1982</b>	5,76
<b>1956</b>	3,90	<b>1983</b>	4,74
<b>1957</b>	5,22	<b>1984</b>	4,65
<b>1958</b>	5,80	<b>1985</b>	7,02
<b>1959</b>	5,97	<b>1986</b>	9,16
<b>1960</b>	3,46	<b>1987</b>	8,30
<b>1961</b>	6,80	<b>1988</b>	6,86
<b>1962</b>	5,46	<b>1989</b>	7,12
<b>1963</b>	5,96	<b>1990</b>	10,62
<b>1964</b>	5,48	<b>1991</b>	8,30
<b>1965</b>	6,55	<b>1992</b>	7,28
<b>1966</b>	4,68	<b>1993</b>	7,49
<b>1967</b>	-	<b>1994</b>	9,35
<b>1968</b>	-	<b>1995</b>	10,07
<b>1969</b>	-	<b>1996</b>	9,91
<b>1970</b>	6,59	<b>1997</b>	9,26
<b>1971</b>	5,27	<b>1998</b>	9,20
<b>1972</b>	5,23	<b>1999</b>	8,35
<b>1973</b>	4,99	<b>2000</b>	9,75
<b>1974</b>	4,25	<b>2001</b>	10,24
<b>1975</b>	4,26	<b>2002</b>	10,92
<b>1976</b>	4,32	<b>2003</b>	10,77

Fonte: Tabela 01 e Tabela 02

**Gráfico 01 - Percentual das Despesas Correntes sobre o PIB Catarinense de 1950 a 2003.**



◆ Percentual da Despesa sobre o PIB — Linear (Percentual da Despesa sobre o PIB)

Fonte: Tabela 03

O período de 1950 a 2003, tendo como base os dados da tabela 03, representa a relação das despesas correntes com o produto interno bruto catarinense. Tendo em vista o longo período de 53 anos, faremos uma divisão destes em 5 períodos, com a intenção de uma melhor dissertação sobre os detalhes da longa série.

O primeiro período chamaremos de “A” que abrange os anos de 1950 a 1956, o segundo período chamaremos de “B” que abrange os anos de 1957 a 1963, o terceiro período que chamaremos de “C” para os anos de 1964 a 1984, o quarto período chamaremos de “D” que abrange os anos de 1985 a 1993 e o quinto e último período chamaremos de “E” abrangendo os anos de 1994 a 2003.

No período “A” temos uma regular participação das despesas correntes no PIB catarinense demonstrando sempre um leve crescimento ao longo destes anos, representado por uma média aritmética de 3,653%. Para este período a política-econômica no Estado, ao longo destes 6 anos, demonstra a regular participação das despesas nessa faixa média devido ao pós-guerra, em parte à Reforma de 1946, ao SALTE e o Plano Láfer que estavam preparando o crescimento econômico do País como um todo.

No período “B” temos uma certa variância na participação das despesas correntes no PIB catarinense que demonstra, nos anos iniciais, um crescimento acentuado com uma queda brusca e em seqüência uma retomada constante até o seu fim. Em resumo tendeu a um crescimento expressivo nessa relação, sendo representada por uma média aritmética de 5,538%, bem superior a do período “A”. Para este período, a nível político econômico no Estado, ao longo destes 7 anos na participação das despesas para essa faixa média é que, em resumo, há um crescimento, tendo em vista o POE (56-60), o PLAMEG I (61-65) com forte intenção de crescimento, mas a crise faz os militares subirem ao poder, no Golpe de 64.

No período “C”, há uma variação inicial na participação das despesas correntes no PIB catarinense aparentemente reguladora, devido ao “Regime Militar”, nos anos iniciais, com aumentos e baixas até apontar o interesse na redução demonstrada ao longo destes anos e a tendência de queda que se obteve constante até o seu fim. A evidente redução dos gastos nessa relação é representada por uma média aritmética de 4,959%, inferior ao do período “B”, talvez até porque no período B havia uma preocupação maior com a instabilidade que agora não há, pois os planos de desenvolvimento econômicos podem vigorar por longos anos, foi o que aconteceu.

Podemos referenciar para este período a nível político econômico no estado estes 18 anos, já desconsiderando os 3 anos de 1967,68 e 69, dos quais não constam os dados, a participação das despesas nessa faixa média, o início e fim do regime militar, e seu processo

regulador rígido dos governos e seus gastos, juntamente com diversos planos desenvolvimentistas federais sendo eles o PAEG (64-67), PED (67-69), I PND (75-79), II PND (71-74) e os estatuais PLAMEG II (66-70), PCD (71-74), PG (75-79), influenciando fortemente o país a passar pela fase conhecida como “Milagre Econômico” (69-73). Tivemos neste período a Reforma de 67.

No período “D”, tem-se uma forte tendência ao aumento na participação das despesas correntes no PIB catarinense, pois há agora fortes interesses de crescimento do Estado.

Essa tendência, clara de crescimento no período inicial, pós Regime Militar, fica evidente, pois é representada por uma média aritmética de 8,017%, muito além da praticada nos períodos anteriores, ocorrendo, conseqüentemente, aumento muito além daqueles já efetuados e mesmo com as baixas ocorridas, neste período, não se chegou próximo do que anteriormente era, deu-se literalmente um grande salto. Já neste período, a nível político econômico no estado, ao longo destes 9 anos, a participação das despesas foram influenciadas pela necessidade de retomar o crescimento com o fim do regime militar, onde tivemos diversas tentativas de planos econômicos frustrantes, e governos com idéias de crescimento muito aquém dos resultados reais necessários sem falar da falta de novos planos desenvolvimentistas.

No período “E”, há uma tendência ao aumento na participação das despesas correntes no PIB catarinense, mas inicialmente ocorrem quedas até certo período e posteriormente ajustes de crescimento até o seu fim. Com uma forte e expressiva variação, inicia-se com queda na participação até o meio do período e logo após ocorre um forte e acentuado crescimento, representada por uma média aritmética de 9,782%, a maior de todos os 5 períodos, também muito além da praticada nos períodos anteriores, podemos referenciar o período “D” como influenciador maior das tendências de crescimento para este, que se resumem como o maior de todos os tempos, na participação das despesas no PIB catarinense. Em termos nacionais, neste período ocorreu um forte aumento na participação das despesas da união, refletindo principalmente no aumento das despesas financeiras, mas também em menor grau nas despesas não-financeiras. As influências político econômicas no estado, ao longo destes recentes 6 anos, têm na participação das despesas a mais alta faixa média apresentada aqui, demonstra-se bem acima das outras médias.

Tivemos neste período uma certa estabilização com o Plano Real e com a forte política de redução de gastos governamentais, a nível federal e estadual, tais com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000), no qual estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal,

mediante ações em que se previnem riscos e corrigem os possíveis desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, como premissas básicas.

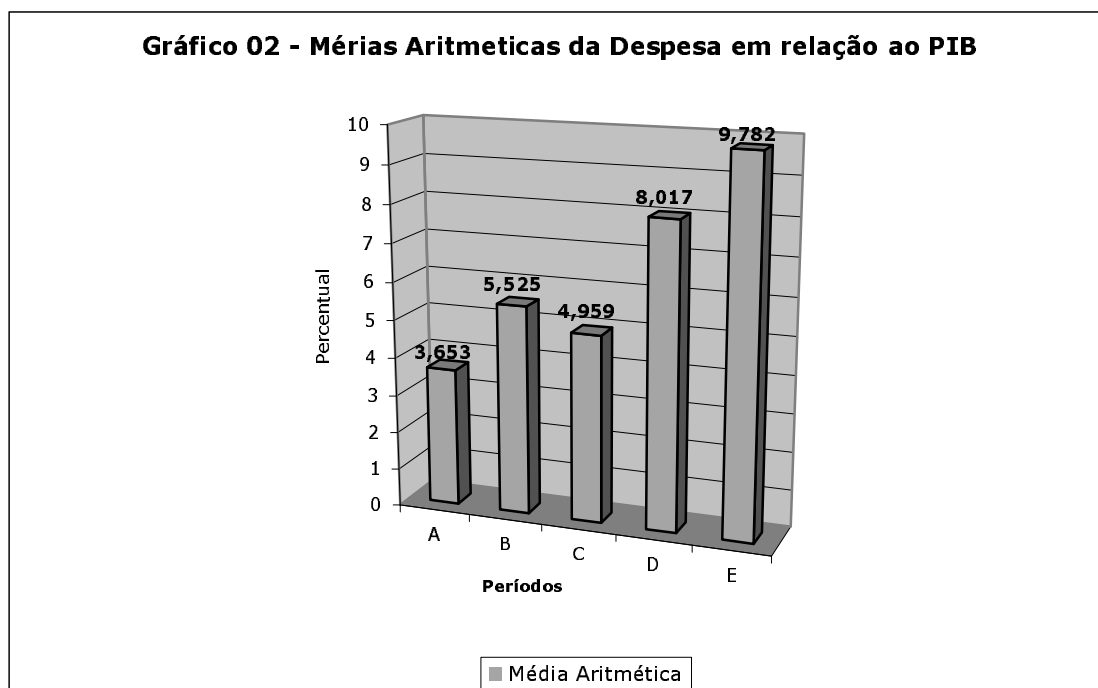
Observando a seguinte tabela 04 temos um exemplo dos 5 períodos representando suas médias aritméticas.

**Tabela 04 – Médias das Despesas Correntes versus PIB**

Período	Anos	Média Aritmética
A	50/56	3,653
B	57/63	5,525
C	64/84	4,959
D	85/93	8,017
E	94/03	9,782

Fonte: Tabela 03

Temos logo abaixo, o gráfico 02, que representa essas médias na participação das Despesas Correntes no PIB Catarinense ao longo dos anos de 1950 a 2003.



Fonte: Tabela 04

Observando o gráfico 02 temos uma idéia da tendência apresentada ao longo destes anos, ficando ainda mais explícito as afirmações das hipóteses teóricas de Peacock e Wiseman, que nos períodos A e B confirmam-se às hipóteses do efeito deslocamento, mas para o período “C” viola claramente esta hipótese, pois apresentam uma queda devido efeitos do federalismo pró-união do regime militar.

Podemos também afirmar com base em Wagner ao longo de toda a série analisada, como uma tendência única de crescimento demonstrada pela linha “vermelha” de tendência linear no gráfico 01, assim como nos períodos D e E, que refletem a retomada a tendência devido aos efeitos da estabilização.



## CAPÍTULO VI

### CONCLUSÃO

Temos por conclusão final, três situações em que as duas teorias citadas, a de Wagner e a de Peacock e Wiseman, evidenciam-se de certa forma mais claramente.

A primeira é quando referenciamos os períodos “A”, “B” e “C” que representam as médias de 3,6%, 5,5% e 4,9% respectivamente, ficando evidente um “efeito deslocamento” de Peacock e Wiseman, para “A” e “B”, que demonstra um aumento significativo dos gastos governamentais, como o que ocorreu com o POE, PLAMEG I a nível estadual e o Plano Láfer e o Plano de Metas a nível federal, iniciado entre os anos 1951 e 60, sendo que posteriormente a esta fase os gastos seguiram um sentido normal, mas acima do nível anterior.

Já quando incluímos o período “C”, temos uma queda devido à crise que precedeu ao Golpe de 64 e a influência do regime militar. Atuante nas políticas sociais, os militares lançam o PAEG, PED, I PND e II PND a nível federal e a nível estadual, o PLAMEG II, PCD e o PG, todos no período de 64 a 79. Mesmo assim nos é demonstrado, graficamente, que as despesas correntes caem e se mantêm praticamente por todo o regime militar. Concluimos aqui que a hipótese teórica de Wagner se confirma uma vez que conseguimos constatar os seus três argumentos principais que evidenciam a sua lei. São eles as necessidades de expansão das funções do estado, como o crescimento e a complexidade das relações legais e o crescimento da população e urbanização, a necessidade de educação e distribuição de renda, assim como lazer, saúde cultura entre outro, e por fim a necessidade de tecnologia e os níveis crescentes de investimento, sendo alguns controlados pelo Estado.

A segunda situação refere-se aos períodos C, D e E que representam as médias crescentes de 4,9%, 8,0% e 9,7%, evidenciando o forte “efeito deslocamento” de Peacock e Wiseman, principalmente de “C” para “D” e permanecendo em “E”, nesta fase é que temos o reflexo dos inúmeros planos de desenvolvimento que percorreram todo o período “C”, gerando um crescimento acentuado para os períodos posteriores, ou seja o nível se elevou e manteve-se. O crescimento fica evidente, mas pode-se notar que nos períodos “D” e “E”, não se evidencia planos de desenvolvimento e sim os planos e pacotes para regulamentar as sucessivas crises, que são evidenciadas pelas fortes variações nas despesas, para anos em que o governo, tanto o federal quanto o estadual, reduziram fortemente seus gastos.

Finalmente temos a terceira e última situação, onde a confirmação das hipóteses de Wagner, nos períodos de “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, fica evidente em uma seqüência de

crescimento ao longo destes 53 anos, apresentados de 1950 a 2003. Essa tendência ao crescimento é clara na hipótese teórica e imaginemos, que na prática, o governo tem como objetivo ampliar recursos, direcionar verbas, estimular setores específicos, desenvolver regiões além de regular inúmeras outras funções. É evidente que no final do período “A” e nos períodos “B” e “C”, tem-se a apresentação de fortes planos de desenvolvimento a nível estadual e federal, imaginemos que estes refletiram nas décadas posteriores, como vemos nos períodos “D” e “E”, sabendo que, nestes dois últimos os investimento em desenvolvimento econômico não aconteceram. Mas é importante ressaltar que nem por isto o estado deixou de crescer, isto é evidente com evolução de renda ao longo destes anos.

Por fim, diante das limitações e das complexidades do tema em questão, onde há inúmeras lacunas para a formação de uma série histórica completa do século XX, ou seja, de 1900 a 2004, concluo que foi possível atingir os objetivos estabelecidos, a partir do agrupamento de 54 anos de produto interno bruto catarinense para os fins acadêmicos.

Deixamos as devidas recomendações e informamos que é grande valia que se dê continuidade de alguma forma ao agrupamento destes dados, com a finalidade de utilizar em novas e atuais pesquisas.

## ANEXO A

### A História da Moeda no Brasil.

PLANO ECONÔMICO	MOEDA VIGENTE	SÍMBOLO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL	EQUIVALÊNCIA
-	Real	R	Período colonial até 7/10/1833	Alvará S/N de 1/09/1808	R 1\$2000 = 1/8 de ouro de 22K.
-	Mil Réis	Rs	8/10/1833 a 31/10/1942	Lei no 59, de 8/10/1833	Rs 2\$500 = 1/8 de ouro de 22K.
-	Cruzeiro	Cr\$	1/11/1942 a 30/11/1964	Decreto-lei no 4791, de 5/10/1942	Cr\$ 1,00 = Rs 1\$000(um cruzeiro corresponde a 1 mil-réis) - 1 conto de réis = Cr\$ 1.000,00 cruzeiros
-	Cruzeiro (eliminados os centavos)	Cr\$	1/12/1964 a 12/02/1967	Lei no 4511, de 1/12/1964	Cr\$ 1 = Cr\$ 1,00
-	Cruzeiro Novo (volta dos centavos)	NCr\$	13/02/1967 a 14/05/1970	Decreto-lei no 1 de 13/11/1965	Ncr\$ 1,00 = Cr\$ 1.000
-	Cruzeiro	Cr\$	15/05/1970 a 14/08/1984	Resolução do Banco Central no 144, de 31/03/70	Cr\$ 1,00 = NCr\$ 1,00
-	Cruzeiro (eliminados os centavos)	Cr\$	15/08/1984 a 27/02/1986	Lei no 7214, de 15/08/84	Cr\$ 1 = Cr\$ 1,00
Cruzado I - Feb 86 Cruzado II - Jun 87	Cruzado (volta dos centavos)	Cz\$	28/02/1986 a 15/01/1989	Decreto-lei no 2283, de 27/02/1986	Cz\$ 1,00 = Cr\$ 1.000
Verão I - Jan 89 Verão II - Maio 89	Cruzado Novo	NCz\$	16/01/1989 a 15/03/1990	Medida Provisória no 32, de 15/01/1989, convertida na Lei no 7730, de 31/01/1989	NCz\$ 1,00 = Cz\$ 1.000,00
Color I - Mar 90 Color II - Jan 91	Cruzeiro	Cr\$	16/03/1990 a 31/07/1993	Medida Provisória no 168, de 15/03/1990, convertida na Lei no 8024, de 12/04/1990	Cr\$ 1,00 = NCz\$ 1,00

Transição para o Real Ago 93	Cruzeiro Real	CR\$	1/08/1993 a 30/06/1994	Medida Provisória no 336, de 28/07/1993, convertida na Lei no 8697, de 27/08/1993, e Resolução BACEN no 2010, de 28/07/1993	CR\$ 1,00 = Cr\$ 1.000,00
Real - Jul 94	Real	R\$	Desde 1/07/1994	Leis no 8880, de 27/05/1994 e 9069, de 29/06/1995	R\$ 1,00 = CR\$ 2.750,00

### Exemplo do modelo de conversão.

<b>cruzeiro - Cr\$(1° 11.42 até 12.02.67)*</b>	<b>Cruzeiro novo - NCr\$(13.02.67 até 14.05.70)</b>	<b>Cruzeiro - Cr\$(15.05.70 até 27.02.86)**</b>	<b>cruzado - CZ\$(28.02.86 até 15.01.89)</b>	<b>cruzado novo - NCZ\$(16.01.89 até 15.03.90)</b>
a) 2.750.000.000.000,00	b) 2.750.000.000.000,00 (a . 1.000)	c) 2.750.000.000.000,00 (não houve divisão - conversão ao par)	d) 2.750.000.000,00 (b ou c . 1.000)	e) 2.750.000,00 (d, 1.000)
<b>cruzeiro - CR\$(16.03.90 até 31.07.93)***</b>	<b>cruzeiro real - CR\$(1° 08.93 a 30.06.94)</b>	<b>real - R\$(a partir de 1° 07.94)</b>		
f) 2.750.000,00 (não houve divisão - conversão ao par)	g) 2.750,00 (e ou f . 1.000)	h) 1,00 (g . 2.750)		

\*a partir de 1° .12.64 foi desprezada a fração do cruzeiro, denominada centavo. ex.: CR\$ 1.530,90 = CR\$ 1.530.

\*\*a partir de 15.05.70, apesar de a unidade monetária brasileira ter voltado a denominar-se cruzeiro(CR\$), não houve corte de casas, o que significa conversão foi feita ao par. (ex.: nCR\$ 1.200,00 = CR\$ 1.200,00). porém, a partir de 16.08.84 foi extinta a fração do cruzeiro denominada centavo (ex.: CR\$ 2.450.80 = CR\$ 2.450).

\*\*\* a partir de 16.03.90 a unidade monetária brasileira voltou a denominar-se cruzeiro (CR\$). porém, não houve corte de casas, o que significa conversão ao par (ex: NCZ\$ 1,00 = CR\$ 1,00).

**Nota:** É importante destacar que as conversões constantes do quadro acima são meramente ilustrativas e partem sempre dos valores nominais, ou seja, sem atualização monetária.

#### Exemplos:

· conversão nominal de CR\$ 3.000.000,00 (moeda vigente no período de 1° .08.93 até 30.06.94) para reais (moeda vigente a partir de 1° .07.94) : CR\$ 3.000.000,00 . 2.750 = R\$1.090,90909....

· conversão nominal de CR\$ 7.000.000,00 (moeda vigente no período de 15.05.70 até 27.02.86) para cruzado (moeda vigente no período de 28.02.86 até 15.01.89) : CR\$ 7.000.000,00 , 1.000 = CZ\$ 7.000,00.

**Base Legal**

arts. 1º e 8º do dec. lei nº 4.791/42;  
arts. 1º e 15 da lei nº 4.511/64;  
dec.-lei 1/65;  
decreto nº 60.190/67;  
resolução bacen nº 47/67;  
resolução bacen nº 144/70;  
arts. 1º e 2º da lei nº 7.214/84;  
arts. 1º e 3º dos des.leis nº  
2.283/86 e 2.284/86;  
arts. 1º e 3º da lei nº 8.024/90;  
e arts. 1º ,5º e 12 da lei nº  
9.069/95

**Fonte: BC, História da Moeda**

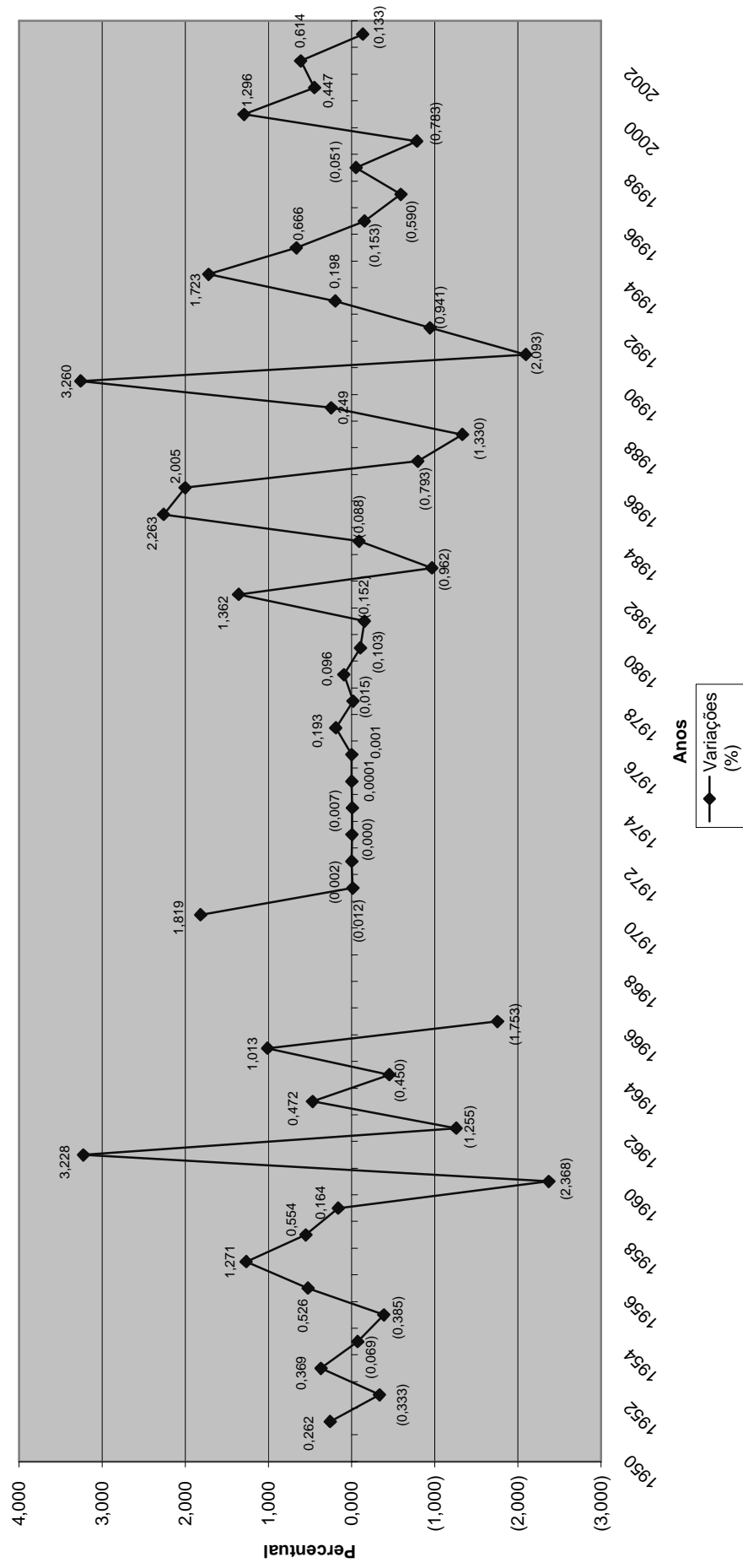
## ANEXO B

**Tabela 05 - As Variações das Despesas Correntes versus PIB (%)**

<b>Anos</b>	<b>Despesa / PIB (%)</b>	<b>Variações (%)</b>	<b>Anos</b>	<b>Despesa / PIB (%)</b>	<b>Variações (%)</b>
<b>1950</b>	3,52		<b>1977</b>	4,52	0,193
<b>1951</b>	3,79	0,262	<b>1978</b>	4,51	(0,015)
<b>1952</b>	3,44	(0,333)	<b>1979</b>	4,61	0,096
<b>1953</b>	3,82	0,369	<b>1980</b>	4,50	(0,103)
<b>1954</b>	3,75	(0,069)	<b>1981</b>	4,34	(0,152)
<b>1955</b>	3,35	(0,385)	<b>1982</b>	5,76	1,362
<b>1956</b>	3,90	0,526	<b>1983</b>	4,74	(0,962)
<b>1957</b>	5,22	<b>1,271</b>	<b>1984</b>	4,65	(0,088)
<b>1958</b>	5,80	0,554	<b>1985</b>	7,02	<b>2,263</b>
<b>1959</b>	5,97	0,164	<b>1986</b>	9,16	<b>2,005</b>
<b>1960</b>	3,46	<b>(2,368)</b>	<b>1987</b>	8,30	(0,793)
<b>1961</b>	6,80	<b>3,228</b>	<b>1988</b>	6,86	(1,330)
<b>1962</b>	5,46	(1,255)	<b>1989</b>	7,12	0,249
<b>1963</b>	5,96	0,472	<b>1990</b>	10,62	<b>3,260</b>
<b>1964</b>	5,48	(0,450)	<b>1991</b>	8,30	<b>(2,093)</b>
<b>1965</b>	6,55	1,013	<b>1992</b>	7,28	(0,941)
<b>1966</b>	4,68	(1,753)	<b>1993</b>	7,49	0,198
<b>1967</b>	-	-	<b>1994</b>	9,35	1,723
<b>1968</b>	-	-	<b>1995</b>	10,07	0,666
<b>1969</b>	-	-	<b>1996</b>	9,91	(0,153)
<b>1970</b>	6,59	1,819	<b>1997</b>	9,26	(0,590)
<b>1971</b>	5,27	(0,012)	<b>1998</b>	9,20	(0,051)
<b>1972</b>	5,23	(0,000)	<b>1999</b>	8,35	(0,783)
<b>1973</b>	4,99	(0,002)	<b>2000</b>	9,75	1,296
<b>1974</b>	4,25	(0,007)	<b>2001</b>	10,24	0,447
<b>1975</b>	4,26	0,000	<b>2002</b>	10,92	0,614
<b>1976</b>	4,32	0,001	<b>2003</b>	10,77	(0,133)

Fonte: Tabela 03.

Gráfico 02 - Variação da Despesa Corrente



Fonte: Tabela 04

## ANEXO C

**Tabela 06 - Conversão de Moedas**

<b>Anos</b>	<b>Moeda</b>	<b>Valores Correntes (R\$)</b>	<b>Valores Nominais</b>	<b>Taxa de Equivalência</b>	
<b>1933-42</b>	Mil Réis			<b>Rs</b>	2\$500
<b>1942-64</b>	Cruzeiro	500.000,00	1.375.000.000.000.000,00	<b>Cr\$</b>	1,00
<b>1964-67</b>	Cruzeiro	1.000.000,00	2.750.000.000.000.000,00	<b>Cr\$</b>	1,00
<b>1967-70</b>	Cruzeiro Novo	5.000.000,00	13.750.000.000.000.000,00	<b>NCr\$</b>	1,00
<b>1970-84</b>	Cruzeiro	10.000.000,00	27.500.000.000.000.000,00	<b>Cr\$</b>	1,00
<b>1984-86</b>	Cruzeiro	50.000.000,00	137.500.000.000.000.000,00	<b>Cr\$</b>	1.000,00
<b>1986-89</b>	Cruzado	100.000.000,00	275.000.000.000.000.000,00	<b>Cz\$</b>	1.000,00
<b>1989-90</b>	Cruzado Novo	500.000.000,00	1.375.000.000.000.000,00	<b>NCz\$</b>	1,00
<b>1990-92</b>	Cruzeiro	1.000.000.000,00	2.750.000.000.000.000,00	<b>Cr\$</b>	1.000,00
<b>1993</b>	Cruzeiro Real	50.000.000.000,00	137.500.000.000.000,00	<b>CR\$</b>	2.750,00
<b>1994</b>	Real	100.000.000.000,00	100.000.000.000,00	<b>R\$</b>	1,00

Fonte: Dados do Banco Central - História da Moeda.

Tabela utilizada para auxiliar na conversão dos valores em reais (R\$) em seus respectivos valores nos referidos períodos.

Como exemplo podemos utilizar o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no qual seria necessário o seguinte cálculo:

$R\$500.000,00 \times (CR\$ 2.750,00) \times (Cr\$ 1.000,00) \times (NCz\$ 1,00) \times (Cz\$ 1.000,00) \times (Cr\$ 1.000,00) \times (Cr\$ 1,00) \times (NCr\$ 1,00) \times (Cr\$ 1,00) \times (Cr\$ 1,00)$ , para que obtivéssemos o valor de Cr\$ 1.375.000.000.000.000,00.



## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo Paiva. **O Século XX nas Contas Nacionais**. Trabalho realizado para o projeto “O Brasil no Século XX” para o IBGE. 2002. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br/erj003>>. Acesso em: 10/11/05.

ASSAF, Alexandre Neto. **Mercado financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública: atualizado de acordo com a Constituição de 1988**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

BRASIL, Márcia Nunes Burgugi. **Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1964 a 1999**. 2001. 54 f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1983**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 295 p.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990. 318 p.

CASTANHAR, José Cezar. **Política Econômica no primeiro ano do Governo Lula: os desafios da transição e as alternativas para o futuro**. Trabalho apresentado na jornada "Um ano de Governo Lula: Oportunidades e Desafios", promovido pela EBAPE - Fundação Getulio Vargas, Universitat Pompeu Fabra e CIDOB, em Barcelona, 1o. de Dezembro de 2003.

BAPTISTA, Antonio Sérgio. **A lei de responsabilidade fiscal e o encerramento do exercício de 2000-as disponibilidades de caixa e os restos a pagar**. Disponível em: <<http://www.federativo.gov.br>>. Acesso em: 2 mai. 2001.

BIRD, Richard. **The growth of government spending in Canadá**. Canadian Tax Papers. Toronto : Canadian Tax Foundation, v. 51, p. 70, 1970.

FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Contabilidade social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 356p.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994. 254 p.

GAGLIARDI, Marcelo. **Apresentação e Análise das Informações Coletadas**. Termo in: GAGLIARDI, Marcelo. **Adaptação estratégica organizacional na indústria da construção civil: um estudo de caso no Distrito Federal, 2002**. 146f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002. p. 69-83.

GIAMBIAGI, Fábio, ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 475 p.

GOULARTI F.º, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOULART, Romualdo. **Análise dos gastos com pessoal na administração pública catarinense**. 2000. 118 f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HELOU FILHO, Esperidião Amin. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Florianópolis, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais; Contas nacionais do Brasil**: novas estimativas. Separata de: *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, jun. 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Contas Regionais de 2003, Produto Interno Bruto de Santa Catarina**. Disponível em: <[http://www2.ibge.gov.br/pub/Contas\\_Regionais/2003/UF/Santa\\_Catarina.zip](http://www2.ibge.gov.br/pub/Contas_Regionais/2003/UF/Santa_Catarina.zip)>. Acesso em: 02/03/2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KHAIR, Amir Antônio. **Gestão fiscal responsável simples municipal: guia de orientação para prefeituras**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2001.

\_\_\_\_\_. **As transgressões à lei de responsabilidade fiscal e correspondentes punições fiscais e penais**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARCUZZO, Juliana Luisa. FREITAS, Luiz Antonio Rossi de. **A Contabilidade Gerencial e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, Curso de Ciências Contábeis UFSM. Volume I. N.º.1 Set-Nov/2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistacontabeis/artigos/vIn01/a10vIn01.pdf>> Acesso em: 10/01/2006.

MACHADO Jr., José Teixeira, REIS, Eraldo da Costa. **A lei 4320 comentada: com introdução de comentários à lei de responsabilidade fiscal**. 30. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2000/2001.

MARINHO, Henrique. **Política monetária no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus: 1996.

MATTOS, Fernando Marcondes. **Santa Catarina: Nova Dimensão**. Florianópolis: UFSC, 1973. 448 p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, **Secretária do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira de Estados e Municípios – COREM**. Disponível em: <[http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est\\_estados.asp](http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_estados.asp)> Acesso em: 14/03/2006.

MOTA, Anildon J. **Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina:1950-1970**. 2002. 72 p. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Marcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2001. 297p.

PEACOCK, Alen T., WISEMAN, Jack. **The growth of public expenditure in the United Kingdom**. Princeton : Princeton University Press, 1970.

PEACOCK, A.T., WISEMAN, J. **The growth of public expenditure in the United Kingdom**. Londres : George Allen & Urwin. 1967.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado para a cidadania: reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. Brasília: ENAP, 1998.

PEREIRA, José Matias. **FINANÇAS PÚBLICAS. A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBAS JUNIOR, Salomão. **Retratos de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Edição do Autor, 2001. p. 120 a 123: aspectos do planejamento.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 375 p.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 205 p.

ROSSETTI, Jose Paschoal. **Contabilidade social**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1992. 320p.

SARAIVA, Marcus V. T. **O Impacto das Reformas Fiscais de 1967 e 1988 nas Finanças do Estado de Santa Catarina**. 2002. Monografia (Bacharelado em Economia) – UFSC, Florianópolis.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual : a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG – 1961-1965**. Florianópolis : Ed. da UFSC/FESC/UDESC, 1985. 134 p.

SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina : a trajetória do BDE – contribuição à história bancária catarinense**. (Tese de doutorado). São Paulo : USP/FFLCH, 1991. 461 p.

SECRETÁRIA DE ESTADO GABINETE DE COORDENAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO. **Anuário Estatístico de Santa Catarina 1987, Números de Santa Catarina 1987**. Escrito pela Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento – ITEP, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento - SEPLAN / SC / Subsecretaria de Estudo Geográficos e Estatísticos – SUEGE. Florianópolis, S.C., Maio de 1988.

SENADO FEDERAL, Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF, **PLANOS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS: Conceitos, Elementos Básicos e Resumo dos**

**Projetos de Leis do Plano Plurianual/2004-2007 e do Orçamento/2004** - Brasília, maio de 2004.

Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/sistema/CARTILHA2004.pdf>>  
Acesso em: 15/08/06.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de responsabilidade fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 475p

TONETO Jr., Rudnei, GREMAUD, Amaury P., VASCONCELOS, M. A. Sandova. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TUON, R. **Despesas Orçamentárias e com Pessoal em Santa Catarina: 1950-2002**. 1 ed. Florianópolis: UFSC, 2003. 51 p. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WAGNER, Adolph. **Three extracts on public finance**. In: MUSGRAVE, R. A., PEACOCK, A. T. *Classics in the of public finance*. Londres: Macmillan, 1958. p.1-15.